ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS CONSELHOS DE DIREITO NO
FORTALECIMENTO DA CIDADANIA, REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2005,
ÀS 14:00 HORAS.

ATA Nº 052

PRESIDENTE - DEPUTADO SÁGUAS

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, declaro aberta a presente Audiência Pública para debater o tema “Os Conselhos de Direito no Fortalecimento da Cidadania”.

Convido para compor a Mesa os senhores e senhoras: Mário Roberto Kono de Oliveira, Juiz de Direito; Francisco Andrade de Lima, representante do Procurador-Geral do Estado de Mato Grosso; Edmilson da Costa Pereira, Promotor da Cidadania de Mato Grosso; Liliane Capilé, Presidente do Conselho Regional da 20ª Região de Mato Grosso; Regina Célia de Assis, representando a Srª Terezinha Maggi; Vera Lúcia Bertolini, membro do NUEPOM; Gleide Maria Ubirajara de Arruda, representante da Presidente do Conselho de Segurança Alimentar de Mato Grosso, Cláudia Figueiredo de Souza.

Composta a Mesa, convido a todos para, em pé, ouvirmos o Hino Nacional Brasileiro.

(NESTE MOMENTO, É EXECUTADO O HINO NACIONAL BRASILEIRO.)

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Registramos a presença do Dr. José Vítor, Procurador do Estado; Karen Gomes, neste ato representando o Secretário de Meio Ambiente da Prefeitura de Várzea Grande; do Dr. José Aguiar Portela; da Srª Isolina Pimentel, membro da Pestalozzi; Paulo Eduardo dos Santos, Presidente da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação; Professora Madalena Rodrigues, membro do Núcleo de Estudos sobre a Mulher e Relações de Higiene, Coordenadora; Ana Emília, neste ato representando a OAB; Sr. Gilmar Soares, Secretário de Informação da CUT de Mato Grosso; Dr. Euze Carvalho, Médico-pediatra, Diretor de Atenção Secundária do Município de Cuiabá; Srª Vera Carvalho, Presidente da ONG Cidadania Divina Luz; Srª Marli Keller, Secretária-Geral do DINTEP; Srª Tânia Regina de Matos, Presidente do Conselho Estadual do Direito da Mulher; Sr. Daniel Domingos Lúcio, Presidente da Comunidade Negra Rural Mata Cavalo de Cima, Nossa Senhora do Livramento; Srª Ivone Pereira da Costa, Presidente da Pestalozzi; Sr. Jéferson Ferreira, Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar; Maria Luiza Zanirato, representante do SINTEP/CUT; Sr. Francisco de Assis de Oliveira, Conselho Estadual dos Direitos do Negro; Srª Leane Oliveira Freitas, Conselho Regional do Serviço Social; Joenete Carlos, Conselho do Trabalho; Ceci Campos, Titular do Conselho da Casa Civil; Srª Nilza Rosa Pereira, Presidente do Conselho Estadual do Trabalho; Sr. Cleveson Fonseca de Souza, do Conselho do Trabalho.

Nós vamos passar, nesta fase, para os ilustres palestrantes e, ao final, abriremos as inscrições por um período de três minutos para as pessoas que quiserem fazer algum pronunciamento ou quiserem fazer algum questionamento aos palestrantes.

Requeremos esta Audiência Pública para discutir a questão dos Conselhos de Direito no Fortalecimento da Cidadania, porque desde 88 nós temos garantido o Conselho na

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS CONSELHOS DE DIREITO NO FORTALECIMENTO DA CIDADANIA, REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Constituição, a questão dos conselhos de direito, porém percebemos que nem em todas as instâncias do Estado, dos municípios, os conselhos têm funcionado de forma adequada, ora por falta do poder público local estimular e criar, regulamentar alguns desses conselhos, ora pela própria organização popular, muitas vezes o estado tem uma participação mais ativa, mais direta. Nós podemos observar nos pequenos municípios que os membros de um conselho, geralmente, participa de dois, três outros conselhos até por falta de ter mais pessoas envolvidas, então aí temos que também fazer com que as organizações tenham que trabalhar para que essas organizações possam, de uma maneira ou de outra, participar mais desses conselhos que são espaços democráticos, são espaços que foram garantidos na Constituição por conta de movimentos populares, antes da Constituição, de longas datas aí, de movimento político, de movimento sociais organizado.

Então, se esses direitos foram garantidos na Constituição é porque já havia movimentos no sentido de que acontecesse conselho dessa natureza. Infelizmente quando foi dada a garantia de que esses conselhos pudessem acontecer, até para poder ajudar a programar atividades nas áreas relativas aos conselhos, de acompanhar as ações governamentais de fiscalização e de renúncias até em outros momentos, e aí quando isso aconteceu de fato e de direito, acabou que em alguns momentos, em alguns lugares, em alguns conselhos, não teve uma participação muito ativa. Mas vale ressaltar que é importante que o poder público dê as condições também para que esses conselhos possam funcionar na sua plenitude. Nós, de vez em quando, ouvimos reclamações de alguns conselhos que tem alguma atividade, ou fora do Estado ou fora do município, de que não têm recebido o apoio necessário para que possam desenvolver essas atividades fora do Estado ou município.

Então, o motivo dessa audiência é para nós estarmos discutindo todos os aspectos que envolvem os conselhos de direitos e fortalecimento da cidadania.

Nós temos esse instrumento em mãos, mas nós temos que trabalhar para que possamos de fato fazer, ter esses conselhos funcionando em plenitude.

Bom, eu convido agora os ilustres palestrantes que vão dispor de dez minutos para fazer as suas explanações, conforme preceitua o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso. Vamos começar com a Sr^a Gleide Maria do Rosário de Arruda, do Conselho de Segurança Alimentar, que tem dez minutos.

A SR^a GLEIDE MARIA DO ROSÁRIO DE ARRUDA - Boa tarde a todos aqui presentes. Eu trago, neste momento, uma abordagem bastante reflexível. Falar de conselho sem resgatar como que ele se insere dentro de uma estrutura de Estado é muito difícil. E por que o Estado existe? Existe de fato e de direito. Regem o que para uma sociedade?

Então, nós viemos aqui com a seguinte pergunta: Nós estamos no exercício do ano de 2005, e nós temos toda uma estruturação geofísica, espacial diante de uma biosfera. Eu vou e volto dentro de um estágio avançado. O que nós temos? Nós temos toda uma estruturação em continentes; temos uma extensão territorial que se estrutura em vários continentes: Americano, Africano, Europeu, Asiático e o da Austrália. Em cima de toda essa estruturação geofísica o que é variável? É a densidade populacional. Dessa densidade populacional surgem demandas de consumo, seja individual, seja coletiva. Mas alguém tem que atender esse consumo, alguém tem que satisfazer esse consumo, seja por alimentação, seja por estudo, seja por emprego, seja qual for essa demanda. O que acontece? O problema existe. No exercício de 2005, se olharmos para trás, nos reportamos à história para trazermos à realidade de hoje o entendimento do porquê estamos nessa situação para que possamos fazer projeções para o futuro. Nós temos Continentes, Países, Estados e Municípios. Todos almejam qualidade ambiental com qualidade de vida. E isso passa por todos esses fatores que acabamos de falar. Quando nós temos toda essa estruturação, nós puxamos pela figura de Estado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS CONSELHOS DE DIREITO NO
FORTALECIMENTO DA CIDADANIA, REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2005,
ÀS 14:00 HORAS.

Nós temos uma pessoa que ocupa um assento, que recebe a denominação do Governador e temos uma série de Secretarias. Cada Secretaria trata de uma demanda específica. A saúde... Eu quero qualidade de saúde, vou me reportar à Secretaria de Saúde. Eu quero qualidade de ensino, vou me reportar à Secretaria de Educação. Eu quero ter o direito de ter uma boa alimentação, uma alimentação saudável, nutricional, eu vou à Secretaria de Agricultura.

Pois bem, onde se inserem os Conselhos de Direitos? Na formulação e na efetivação da cidadania. Ele se insere onde? É um Estado, é um Colegiado, onde a gestão pública estadual se interage com o Estado e com a gestão pública municipal dentro de um contexto e na qualidade de vida. E de que ambiente? Poderia ser nesta sala, poderia ser na minha casa, poderia ser no meu município, poderia ser no meu bairro, poderia ser no meu Estado, poderia ser no meu País, poderia ser no meu continente ou poderia ser na minha biosfera única. Todos usufruímos e gozamos de “iguais direitos”.

Mas, olhem só: O que acontece quando o Estado se estrutura dessa forma? Quando eu volto e me reporto ao Conselho, eu tenho representações governamentais, representantes de cada Secretaria, que têm sob suas responsabilidades a efetivação da política pública efetiva daquele setor. Então, dentro do Conselho, eu tenho toda representatividade governamental e tenho toda representatividade da sociedade civil. Bom, a leitura que eu faço enquanto servidora pública pode ser diferenciada da leitura que faço como cidadã civil, como uma médica, como uma professora, como um estudante, uma criança, um adolescente, como uma dona de casa.

Será que não é através desse Conselho que eu posso balizar esses níveis de satisfações? Eu posso ler e saber onde o meu processo, onde o meu sistema se estrangula? Se toda qualidade ambiental é nada mais do que interação de vários sistemas que se interagem juntos para que possam nos oferecer serviços e trabalhos de qualidade, qual é a participação? Nós precisamos rever, individualmente, coletivamente, socialmente, todos os valores que nos regem neste momento.

Uns têm um nível de satisfação muito mais avançado, outros têm níveis de satisfação mais simples. Como é que estamos interagindo nesse meio?

Quando nós trazemos a gestão para o Estado, nós temos os poderes alinhados, os três poderes, Legislativo, Executivo e Judiciário, como que eles se interagem dentro desse contexto para que tenhamos esse meio ambiente do qual nós queremos ter qualidade? Como é que o Legislativo Estadual está interagindo com o Legislativo Municipal com esses mesmos objetivos? Como que ele se interage com o Executivo na troca de subsídio de informação técnica? Porque toda essa base de gestão precisa estar em cima de um sistema informado, em cima de bases de dados técnicos, não que nós vamos ter uma perfeição. A busca da perfeição vai ser sempre buscar, mas nós podemos estar reduzindo intervalos de incerteza, propiciando melhor, mais qualidade ou menos qualidade.

A qualidade que nós vivemos, será que nós podemos mantê-la para nós e vamos viver, egoisticamente, só para nós e vamos deixar de considerar as gerações vindouras, as gerações que estão por vir? Não. Nós precisamos balizar, nortear o Executivo, os três poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário dentro desse interesse comum que é o Estado, ou temos um padrão de desenvolvimento para o Estado, nos cercando de todas as limitações que existem, monitorando, buscando isso e tendo a leitura da satisfação da sociedade, que ela se opine se quer mais ou menos qualidade.

Se nós temos uma política de indústria e comércio no Estado, se uma indústria vai entrar ou não, a sociedade precisa ser ouvida. Nós precisamos de trabalho. Nós precisamos dar essas respostas. Nós precisamos abrir mercados de trabalho, nós precisamos dar escolas e tudo isso tem

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS CONSELHOS DE DIREITO NO
FORTALECIMENTO DA CIDADANIA, REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2005,
ÀS 14:00 HORAS.

um custo orçamentário dentro da estrutura de Governo, por isso que os três Poderes precisam interagir e a sociedade precisa colaborar também. Existe uma colaboração de todos.

Então, neste momento o CONSEA traz à luz de todos essas questões que nós precisamos pensar e medir. Eu poderia estar trazendo aqui a discussão do foco do Conselho que eu represento, que é o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de Mato Grosso, que passa por uma revisão do modelo de gestões públicas municipais, que precisam ser revistos.

Será que na atualidade, neste exato momento, nós não chegamos, no exercício do ano de 2005, onde precisamos rever conceitos, rever procedimentos? O que rege a sociedade? São políticas, normas e procedimentos.

Será que nossas políticas estão bem alinhadas? Será que não é o momento de se estar revendo? Vamos rever, direcionar, readequar, realinhar dentro, todos nós juntos, nesse mesmo intuito. Essa é a abordagem que trago neste momento como membro do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional.

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Agradecemos as palavras da Gleide Maria Ubirajara de Arruda, do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional.

Queremos agradecer também a presença do Sr. José Donizete Ribeiro, Diretor da Escola Estadual Nadir de Oliveira; da Sr^a Eliana Vitalino, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social; da Sr^a Isabel Cristina Dias Lira, da UFMT; do Sr. Marcos Paulo de Oliveira, representando o Deputado Federal Carlos Abicalil; do Sr. Márcio Magalhães, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa.

Agradeço a presença do Vereador Mário Lúcio aqui de Cuiabá.

A próxima palestrante é a professora Lúcia Bertoline, membro do Núcleo de Estudos de Pesquisas e Organização da Mulher - NUEPOM, do Departamento de Serviço Social da UFMT, por 10 minutos.

(PROBLEMAS TÉCNICOS NO SOM.)

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - A Casa é nova e tudo está sendo organizado ainda, mas eu acho que o som apresenta problemas em todo lugar.

A SR^a LUCIA BERTOLINI - Boa-tarde!

Gostaria de cumprimentar a Mesa, na pessoa do Deputado Ságua, agradecê-lo pessoalmente pelo empenho em ter acatado a solicitação que foi demandada pela sociedade civil, através das suas organizações, que nós iniciássemos aqui, hoje, uma luta que tem sido histórica neste País, de garantia da democracia.

Eu cumprimento todas as pessoas que aqui estão no plenário, através da minha companheira de luta, professora Madalena Rodrigues, Presidente do NUEPOM.

Eu quero já de início registrar a minha indignação. Eu acho que não tem outra palavra, porque é inadmissível pensarmos em pleno século XXI, depois de termos lutado contra uma ditadura militar, nós termos que requerer um espaço de discussão de garantia da democracia no Estado de Mato Grosso. Então, eu começo por aí. E ao registrar a minha indignação, digo que não é só minha particularmente, mas é das pessoas com as quais eu convivo, das organizações que intransigentemente têm defendido ao longo da história de Mato Grosso o exercício pleno da nossa cidadania. Aí eu falo do NUEPOM, eu falo do Departamento de Serviço Social, eu falo da Universidade Federal de Mato Grosso, eu falo do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, do Conselho Regional do Serviço Social, do Conselho Estadual do Negro, de todos os conselhos e organizações que ao longo da história têm feito essa luta quase insana. Nós temos obtido resultados bastante importantes.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS CONSELHOS DE DIREITO NO
FORTALECIMENTO DA CIDADANIA, REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2005,
ÀS 14:00 HORAS.

E, nessa linha, eu acho que é importante resgatarmos um pouco o significado da cidadania neste País, como é que se tece a cidadania do povo brasileiro. E aí vamos obrigatoriamente ter que nos remeter ao nosso processo colonizatório.

Fomos descobertos - e aí em letras garrafais, entre parênteses e em negrito - (**POR PORTUGAL**), que nos colonizou e marcou a ferro e fogo as divisões sociais neste País e nos ensinou também, caldo de uma cultura colonialesca, que tem alguns ricos, brancos, que são os poderosos e alguns pobres, pretos, que são os que devem obedecer. E assim se instalou, então, toda uma cultura de subserviência, onde a população nada podia falar, nada podia participar e, simplesmente, ser condescendente com as arbitrariedades, que vêm marcando ainda a história das nossas relações sociais, políticas e econômicas neste país.

Feito isso, a cidadania do povo brasileiro é tecida, ela se conforma nessa relação de um mandatário e de um que obedece. E nesse sentido, então, é muito fácil dominar, domar, domar pela força, domar pela leitura seca e equivocada da lei como se ela fosse, como se ela nascesse de uma semente e não de um processo de discussão, onde se envolve a sociedade ou pelo menos deveria se envolver quando lhe é permitido. E na história, sabemos perfeitamente que muito poucas vezes foi permitido que a sociedade civil manifestasse as suas opiniões, os seus desejos, as suas insatisfações.

E foi muito fácil, então, domar esse povo, domar pela chibata, domar pelo medo, domar pelas leis férreas, domar pela farda e assim, então, nós fomos nos encolhendo e fomos perdendo espaço de participação e de democracia efetiva. Rompemos com isso, rompemos com luta, rompemos com mortes, rompemos com dor, rompemos com saída desesperada deste país, fomos embora, mas voltamos com conquistas importantes. E à medida que esse povo conseguiu retomar os rumos da política deste país, de passar, então, a exercer um controle mais efetivo sobre a nossa democracia, sobre a condução legal, política e econômica deste país, nós amarramos isso com a nossa Constituição cidadã. E foi fruto, nunca é demais lembrar, foi fruto de muita luta, luta das mulheres, luta das minorias étnico-raciais, de políticos e políticas que se envolveram, da Justiça que também tem garantido questões importantes quando ainda o autoritarismo tem uma recaída e que quase sempre é muito freqüente, na maioria das vezes é muito freqüente isso.

Conseguimos, conquistamos através da Constituição de 88, a Constituição cidadã, avanços importantíssimos e que vem se consolidando. Eles não foram dados, eu acho que é a primeira questão a ser levantada, não foram dados, foram conquistados. E dentre essas conquistas há a questão do controle social.

Aí eu quero, a partir da fala do Deputado Ságuas, lembrar que realmente, Deputado, alguns conselhos e alguns conselheiros se equivocam sobre a importância desses espaços como mediadores das tensões, que não são poucas, entre o Estado e a sociedade civil. Têm alguns que se equivocam, têm alguns que de alguma forma extremamente esquizofrênica, aí no sentido de estar fora da cena mesmo, ao invés de representar a sociedade civil, representa o Estado de uma forma arbitrária, autoritária, incorporando uma representatividade que não é representativa. Porque representa a si mesmo e não ouve o coletivo e isso é lá na casa, porque fragiliza esses espaços, desencanta as pessoas que tem lutado para que se efetive, de fato, a democracia neste país.

Por outro lado, eu digo que os conselhos, talvez, aí o próprio Governo, pela falta de prática no exercício da democracia, muitas vezes passa para o outro lado, para o lado do autoritarismo porque é mais fácil, porque foi assim que aprendemos. E aí, sociedade civil, ao estar representada num conselho, também perde a noção de que ela deve, e é garantido por lei, exercer o controle social e deixa de fazê-lo. E ao deixar de fazê-lo, ao deixar de estar nos conselhos, de exigir que esses conselhos sejam espaços de mediação, de conflitos entre a sociedade civil e o Estado, ao

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS CONSELHOS DE DIREITO NO FORTALECIMENTO DA CIDADANIA, REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

se ausentar, ao se omitir dessas suas responsabilidades, abrem flancos para interpretações equivocadas de que os conselhos não funcionam. Eles são espaços em construção, e acho que este espaço aqui hoje, onde todas as pessoas que historicamente estão envolvidas na luta, a maioria delas está aqui e acho que é exatamente isso que nós precisamos fazer, nos organizarmos e garantir de fato esse controle social. Aí, eu acho que é muito interessante porque o anúncio do fechamento dos Conselhos foi utilizado, e é de uma forma extremamente deslavada a questão da contenção de despesas, que do meu ponto de vista é um argumento improcedente, os conselhos nunca foram, nunca no seu nascedouro, nunca trouxeram prejuízo nenhum para o Estado, muito pelo contrário, de todas as pessoas que já assumiram seja como Presidente, seja como membro representante de alguma entidade, todas, aí eu não excluo ninguém, tirou dinheiro do seu bolso para poder fazer com que esses espaços funcionassem.

Eu acho que é importante recuperar a história do Conselho da Mulher, não só do Conselho da Mulher, que eu tive a honra de ser a primeira Presidente em 1986. A forma como esses conselhos foram criados O Conselho de Direito aconteceu em 1986, foi criado por Decreto Lei aqui no Estado pelo Governador Carlos Bezerra. A criação do Conselho foi em 1986, apenas em 1996 a primeira diretoria dos três primeiros Conselhos tomaram posse, foi o Conselho da Mulher, Conselho do Negro e Conselho de Entorpecente, dez anos depois. E foi mais ou menos como “levanta-te e anda”, ou “vou jogar um punhado de sementes aqui e quem cair no terreno fértil vai garantir espaço”. E foi assim, foi assim e até hoje é assim.

O lugar físico definido para o Conselho é o lugar político que o Governo define para os Conselhos. Ou seja, hoje os Conselhos de Diretos são o fundo do quintal de uma instituição falida chamada PROSOL. Acho que isso é desrespeitoso. É desrespeitoso porque à medida que fala que é preciso conter despesa e é preciso cortar os conselhos, ao mesmo tempo vamos ver o Governador falando em renúncia fiscal, concedendo para os agricultores de Mato Grosso um favor sem culpa que chega perto de um milhão de reais. Como que pode, nós aceitarmos isso de uma forma pacífica! É um milhão.

E aí eu encerro, e acho que a luta é essa, não pode entregar de mão beijada sob pena de perdermos não só os anéis, mas perdermos as mãos inteiras, mãos que vão nos ajudar a escolher pessoas que se identificam com a luta e que pode dar um rumo à democracia que este país merece. Muito obrigada. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Agradecemos à professora Vera Bertolini e vamos passar a palavra agora para o Dr. Edmilson Costa Pereira, Promotor da Cidadania do Ministério Público Estadual de Mato Grosso.

O SR. EDMILSON COSTA PEREIRA - Boa tarde, gente!

Falar depois da professora Vera Bertolini, que fez esse desabafo emocionante, e, na verdade, eu fui convidado para essa audiência pública e confesso que propositadamente não quis preparar nada especificamente para esse evento porque resolvi ficar com aquilo que a mídia havia divulgado e no que concerne à posição de governo em relação a Conselhos.

E aí, então, nós diríamos o seguinte: eu tenho visto defender a tese de que aos Conselhos não tem sido oferecida oportunidade de exercer aquilo que efetivamente foi traçado ou foi delineado através dessa luta que já foi dito pelos que me antecederam, no sentido de garantir essa forma de participação do exercício da democracia. Então, causou-me um certo espanto falar: Olha, será que, efetivamente, os conselhos são esse peso para o processo democrático diante daquilo que se concebeu a partir de 88 com a definição do que é efetivamente a possibilidade da comunidade participar da gestão? E aí vem toda essa história do controle social. Muito bem, a professora Vera disse que os conselhos hoje não são ônus significativo para o Estado. E não são, exatamente, porque

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS CONSELHOS DE DIREITO NO
FORTALECIMENTO DA CIDADANIA, REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2005,
ÀS 14:00 HORAS.

não tem sido dado a eles a possibilidade de exercer com eficiência aquilo que é, realmente, o papel reservado e destinado aos Conselhos. Saibam todos que a democracia é cara. A democracia é algo extremamente cara no sentido de se viabilizar, no sentido econômico. É muito mais simples você fechar um Parlamento e dizer que não há mais Poder Legislativo e um ditador sozinho incorpora bem economicamente. Então, essa visão pragmática de economia não é muito coerente com o que seja democracia.

Eu parava há poucos dias sobre um texto que eu lia de um ex-dirigente da República Tcheca que falava do paradoxo que nós vivemos atualmente. Ele dizia: Nós temos estudos, temos consciência de que nosso modelo de educação - falando em termos mundiais - que não educa ninguém, temos um modelo de transporte que não beneficia o transporte de massa em geral, temos até redes modelares de saúde, de alimentação, que trazem exatamente na proporção inversa e caminham para desagregar o corpo e temos tecnologia que contribui para a longevidade.

O modelo de segurança pública aqui questionado, modelo legislativo que não é efetivamente o que nós pensamos, porque, na verdade, se os Poderes Legislativos viverem só de legislar, sobretudo o caso do Brasil, haverá discussões a respeito do seu real papel. Começam a nascer alguns movimentos no que diz respeito ao papel das Câmaras Municipais, ao papel dos vereadores dentro da comunidade. Enfim, essa política de que o indivíduo, de que o individual é interessante, tem uma presença muito grande na sociedade moderna.

Nós vamos, então, dizendo o quanto isso é perverso para aquilo que caminhamos. Bom, nós sabemos que esse modelo que temos construído, se, por um lado, tem seus problemas, também sabemos quantos erros nós cometemos na implantação dessa democracia. E vimos cometendo erros todos os dias, tropeçamos aqui, levantamos acolá, em relação ao processo democrático. Mas nós sabemos que isso é genérico, que não podemos em momento algum tergiversar no que diz respeito a perseguir esse ideal democrático, um ideal de participação, um ideal de possibilitar que todos tenham a presença no cenário. O controle social é algo extraordinário. O controle social é a efetiva possibilidade de nós construirmos uma sociedade coerente com o que se postula, para que não aconteçam situações como essa que a Professora Vera acabou de dizer: no mesmo instante que você fala em renúncia fiscal, disse que os instrumentos de perseguição da democracia devem ser fechados porque não há recursos para financiá-los. E não estamos falando de recursos, estamos falando de migalhas apenas nesse ponto.

Então, gente, eu acredito que cidadania é importante, e as formas de perseguição da cidadania são extremamente delicadas, sensíveis, sensíveis ao que eu penso assim, penso acolá, e nós terminamos por esquecer, efetivamente, o que é essa conexão que a Professora acabava de dizer: o todo. E aí tratamos, disciplinadamente, ou por segmento essas questões que são comuns em todos os semblantes.

Mas eu quero deixar simplesmente esta mensagem, até para oportunizar o debate.

O que eu queria era essa discussão de que, constitucionalmente, é assegurada as duas formas de representação, tanto a democracia representativa, como a democracia participativa, e esses cenários... Eu tenho ouvido, nesse processo que está se passando o Poder Legislativo Nacional, com as ocorrências que se têm visto aí, eu já ouvi, não foi uma e nem duas vezes: Olha, é para isso que serve o Legislativo? É melhor fechar, é melhor...

Não, essas são situações que nós temos que ter o extremo cuidado, porque não é à toa que essas questões são pregadas diariamente, que elas são postuladas, que elas são reivindicadas, que elas são ditas, que elas são construídas, alguns até com muita eficiência. Então, faz parte desse cenário.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS CONSELHOS DE DIREITO NO
FORTALECIMENTO DA CIDADANIA, REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2005,
ÀS 14:00 HORAS.

Vejam vocês: À medida que situo pontos que são comuns, que acontecem diariamente, que são quedas, que são erros que se comete no processo, mas que eu discuto, ao invés de discutir o processo, eu discuto a essência, o fundamento da democracia, aí, sim, nós temos possibilidades de regresso às situações que nós queremos abolir.

Tem essa configuração, e as críticas que se faz aos Conselhos, na verdade, nós temos, como diz: A democracia é cara? É cara para a sociedade, é cara para o Estado, mas ela é indispensável. E o controle social é importante e indispensável.

Quando o paradoxo que existe em relação aos pequenos municípios, que têm vários conselhos, uma das maiores críticas é essa em relação aos segmentos dos conselhos, vários conselhos, com representações, com várias pessoas inseridas em vários conselhos, eu acho até que é possível discutir uma forma alternativa de viabilizar a presença desses conselhos, considerando essas situações peculiares pontuais em relação aos pequenos núcleos urbanos, mas também, de outro lado, é indispensável que as entidades que por ventura tenham assento nos conselhos, que elas sejam provocadas para a efetiva necessidade dessa participação e o que representa estar com assento nos conselhos.

A partir daí, então, chegamos à seguinte conclusão: o ideal é que estejamos hoje no cenário numa discussão de aprimoramento das instituições de controle social e não no cenário em discussão de retrocesso do que existe. Tem exatamente esse processo: “Olha, não funciona, porque só incomoda, presença paritária, a participação. É incômodo participar de vários congressos, de vários conselhos.

É incômodo porque é um processo democrático difícil. É muito mais difícil convencer idéias do que impor e não é de graça, não é à toa que toda essas situações que hoje, ontem e acolá e vão acontecer doravante, são em determinados momentos expostas por aqueles que dizem entender da questão exatamente na viabilização do individualismo.

O coletivo é exatamente esse, esses passos, esses contrapontos, esses avanços, esses retrocessos e sobretudo a possibilidade da discussão, da evidência, da construção, da discussão e da transparência do que está se passando.

Acho que cenários como este, audiências como esta, convocada pelo Deputado são interessantes, até para que observemos exatamente o espaço que os conselhos estão ocupando hoje e o que é efetivamente está se falando em termos de economia de recursos, o que representa isso e o que representa a possível discussão da idéia e reduzir os papéis, dos conselhos no cenário Estadual. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Agradecemos a participação do Dr. Edmilson da Costa.

Queremos agradecer o Sr. Mário Roberto Kono, que é Juiz de Direito e que vai ter que se retirar. Ele deixou um compromisso lá para participar aqui, e agora tem que retornar. Muito obrigado pela sua presença.

Antes de passar ao próximo palestrante, vamos convidar o Vereador Mário Lúcio de Cuiabá para compor a Mesa conosco aqui.

Quero convidar para fazer a sua fala, por dez minutos, a Professora Liliane Capilé, Presidente do Conselho Regional do Serviço Social da 20ª Região de Mato Grosso.

A SRª LILIANE CAPILÉ - Boa-tarde a todos e a todas!

Cumprimento a Mesa, em nome do Deputado Ságuas.

Aproveito a oportunidade para agradecer por ele ter atendido a solicitação de chamar esta Audiência Pública. A sociedade civil estava pedindo este momento e precisando deste momento.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS CONSELHOS DE DIREITO NO
FORTALECIMENTO DA CIDADANIA, REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2005,
ÀS 14:00 HORAS.

Quero cumprimentar a platéia em nome das assistentes sociais aqui presentes e do assistente social Cleverson.

Eu vou falar mais ou menos a mesma coisa que todo mundo já falou, só que tentando levantar uma outra tese.

Foi muito acertada essa idéia de trabalhar os Conselhos de Direitos e o fortalecimento da cidadania, porque tem tudo a ver mesmo. É por aí que nós temos que compreender esse papel desses conselhos.

Então, sem ser muito professora, mas com muita dificuldade de não ser, eu vou ter que trabalhar essas questões desde o início, ou, pelo menos, desde o início muito próximo.

A minha tese é de que esses problemas por que os conselhos passam, hoje, estão diretamente ligados à dificuldade que nós temos, nós, sociedade brasileira, e aqui governantes, sociedade civil e organizada, enfim, de compreender como ficam os direitos sociais. Então, a cidadania no modelo mais clássico pode ser compreendida dentro da perspectiva de que nós temos direitos civis, políticos e direitos sociais. Com o atraso de quase um século, só na Constituição de 88, nós tivemos os tais direitos sociais.

E quando nós tivemos a possibilidade de ter esses direitos sociais, eles são direitos que não se materializam por um decreto. Eles se materializam por ações que o Estado tem que desenvolver, pela gestão do Estado, pela gestão administrativa descentralizada das políticas sociais públicas e pelo controle social. Então, aí é que está o nó. Fica difícil compreendermos no curto espaço de tempo que nós temos uma Constituição de 88 que nos garante direitos sociais. Portanto, o Estado, como responsável de prover os direitos das pessoas nas mais determinadas áreas, e esse direito se materializa com a sociedade civil organizada participando da fiscalização, do monitoramento, apontando ações, revendo as contas, vendo, aprovando contas. Então, essa é a maior dificuldade de se trabalhar a democracia hoje.

Quando falamos de controle social, uma das instâncias é o Conselho, e uma instância muito importante, porque é uma instância que define como que as ações dos gestores públicos deveriam ser ou deverão ser, e dessa forma o poder político de um Conselho é muito grande, muito maior do que ficamos falando a todo momento. Ele só não é maior, porque está difícil operacionalizar uma Constituição de 88, a garantia dos direitos sociais num momento em que o mundo caminha na contramão de uma retração do Estado nas políticas públicas, onde há toda uma idéia, como o Dr. Edmilson falou, do individualismo em lugar da solidariedade social.

Então, nós estamos tentando implantar um modelo, que eu vou falar a palavra que, aparece a palavra hoje, um modelo de Welfare State brasileiro, com muita dificuldade das pessoas entenderem, dos gestores, principalmente, entenderem a perspectiva do direito social.

Então, aí está o cerne de tudo. Por que o Conselho nunca é muito importante? Porque Conselho é a garantia de que a sociedade civil fiscaliza, determina, aponta por onde anda a gestão pública. E aí tira aquela idéia de que era uma dádiva. Então, quando nós pensamos que a cidadania no Brasil até 88 era de homens trabalhadores com carteira assinada e que moravam nas cidades, nós vemos que hoje essa cidadania se expande para todo o mundo com políticas sociais não somente contributivas, mas políticas sociais que não contribuimos para que elas retornem. Só que elas não são dádivas do Governo, elas são direitos sociais. E aí, onde pega! Elas só vão ser direitos sociais se os Conselhos, de forma geral, os Conselhos de Direitos de Políticas tiverem autonomia, e não só autonomia, mas tiverem qualidade suficiente para poder propor, para poder cobrar, para poder avaliar o investimento público.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS CONSELHOS DE DIREITO NO
FORTALECIMENTO DA CIDADANIA, REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2005,
ÀS 14:00 HORAS.

Então, essa é a parte, é democratizar, porque direito social só se materializa com democracia. Se não for assim, não é direito, é benesse. Quando o Conselho não funciona, o gestor faz o quê? Doa, faz política pessoal e partidária.

Então, quando o Conselho funciona, ele faz o quê? A política que a população precisa, que cada Conselho, desde o municipal, estadual ou federal, consegue identificar as necessidades: “Olha, aqui nesse setor, nessa comunidade, nós precisamos disso, disso e disso.” Então, essa que é a grande mudança. O gestor hoje, o gestor das políticas sociais públicas e as gestoras - que a Madalena me desculpe a linguagem de gênero aqui - precisam compreender que o Conselho é obrigatório. Política pública e direito social só funcionam com Conselho.

Aí nós temos outras instâncias como conferências, como o Ministério Público, enfim, que nós podemos nos apoiar para garantir até esses direitos. Mas a garantia desses direitos é a satisfação das necessidades sociais. Então, tem que vir através do Estado.

Hoje, o maior desafio é ter Conselhos organizados, mobilizados e representativos, como alguém já disse aqui hoje. Representativa de não representar a si mesma, foi a Professora Vera que falou essa questão, de levar o Conselho para sua categoria, para seu setor, enfim, dar origem para a organização da sociedade civil de onde ele vem, para que o gestor que participa dos Conselhos perceba que não é uma luta de foice, nós não estamos aqui, a sociedade civil organizada contra os gestores. Não é. Isso é uma construção coletiva. Só assim se efetiva direito.

Então, a existência de um plano de política setorial, a existência de estrutura física e de pessoal qualificado... O que é pessoal qualificado? Todo mundo que vai participar do Conselho tem que ter Mestrado e Doutorado? Não. Mas compreender, conseguir aquela análise de conjuntura necessária para atender quais são as necessidades e os anseios da população, acesso a informação, principalmente, a informação de onde são gastos os recursos das políticas públicas, porque aí é onde o Conselho gasta, efetivamente, garante o controle social evitando deliberar sobre matérias sancionadas de última hora. “Não, essa matéria é urgente, nós temos que deliberar. Está bem. Delibera sem discutir e isso é o orçamento público. O Conselho é um espaço importante demais para se parar para conversar mais atentamente.

Então, nós temos alguns desafios que são prementes. Depois de 88, quase vinte anos depois, nós ainda estamos com dificuldade de garantir os conselhos, de garantir a participação da sociedade civil, como dos mesmos representantes que participam de um conselho, de outro conselho, de outro conselho... Por que isso acontece? Por falta de informação, inclusive do poder público, do que são esses conselhos e que poderes esses conselhos têm na aplicação da política pública. Não é porque meia-dúzia de resignado não faz nada na vida e fica participando de tudo, é porque falta gente, porque falta esclarecimento e conhecimento da importância desses conselhos.

Nessa perspectiva, eu acho que ainda temos o desafio de construir o estado de direito, de vivermos governos públicos e uma sociedade civil apta ao exercício da cidadania ativa que hoje temos o desafio aqui em Mato Grosso, que não é só aqui, o desafio de contornar e combater reveses antidemocráticos, que visam reduzir o controle social, por exemplo, minimizando o papel dos conselhos. Nós já vivemos uma questão semelhante no Governo Fernando Henrique Cardoso, quando ele implanta o Programa Comunidade Solidária fora da Política Nacional de Assistência Social, em que os conselhos não opinavam. Então, era uma política pública não de direito, mas de benesse. Cada vez que tivermos essas iniciativas tentando reverter a nossa ainda ínfima construção de cidadania, nós estaremos colocando em risco o tal direito social que conquistamos a duras penas na Constituição de 88 e retornaremos para aquela velha história da benesse do governo e a dívida do governo para nós, que aí não poderemos ser chamados de cidadãos e nem de cidadãs.

Muito obrigada. (PALMAS)

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS CONSELHOS DE DIREITO NO
FORTALECIMENTO DA CIDADANIA, REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2005,
ÀS 14:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Agradecemos à Liliane.

Passo a palavra ao Dr. Francisco Andrade Lima, Procurador do Estado de Mato Grosso, representando o Procurador-Geral, Dr. João Virgílio.

O SR. FRANCISCO ANDRADE LIMA - Quero cumprimentar todos os membros da Mesa na pessoa do Deputado Ságua, que nos convidou a participar deste evento; os membros dos Conselhos.

Realmente, ontem, no cair da tarde, só que me foi passado esse tema para que falasse para vocês em nome da Procuradoria-Geral do Estado. A noção que eu tenho dessa matéria, que é onde a professora Vera falou sobre a nossa saída da ditadura, que eu sempre trago que hoje somos filhos da ditadura militar de 64. E somos até órfãos políticos dessa ditadura. Passamos vinte anos sem representatividade, sem nada e só viemos a ter direitos e garantias com a Constituição de 88, e é a Constituição que como constituição cidadã, mas que ainda tem muito para ser conquistado.

Esses Conselhos, nós temos até notícias nossa, na área jurídica do Conselho Nacional de Justiça, uma dificuldade para ser implantado um conselho como esse, por causa da participação de membros estranhos à própria justiça.

Eu tenho um apanhado aqui e digo que a Constituição Federal garante à sociedade brasileira a participação na regulação dos direitos, das normas e das regras que organizam o bem comum. Para isso, existem os Conselhos de Direito, formados por representantes de setores da vida pública e das organizações representativas da sociedade, governamentais e não-governamentais.

Os conselhos são órgãos instância deliberativa, onde se discute e exercita a cidadania, para orientação e execução de ações que visem promoção da cidadania, a inclusão social e o fortalecimento da participação popular.

Foi na década de 80, com a instalação da constituinte, e pós-regime de exceção, constrangimentos impostos pelos movimentos sociais à Assembléia Constituinte, entre outros fatores, propiciaram a introdução da nova Carta Republicana e nas Constituições estaduais, diversos Conselhos com participação da sociedade.

Na Constituição de 1988 isso foi um marco nos estudos de participação política e políticas públicas no Brasil, não apenas por prever novo mecanismo de ação política, mas, talvez, por aparecer como exemplo concreto das contradições da sociedade contratual. Uma sociedade que vive tensão entre legitimar-se e, ao mesmo tempo, elaborar e reelaborar cotidianamente as medidas da inclusão e da exclusão no pacto social.

É importante sublinhar que a formação de arenas públicas de participação popular, sob a coordenação e responsabilidade do Estado, significa a contraposição, ao menos virtual, às práticas centralizadoras e autoritárias que tradicionalmente estão vinculadas à sociedade colonial no Brasil. Neste sentido, a descentralização das políticas públicas apresentadas como diretriz na Constituição de 1988 deveria favorecer o desenvolvimento de uma democracia participativa e viabilizar o registro da assistência social numa rede de serviço marcada pela solidariedade política. Significa dizer que a descentralização possibilitaria quebrar a cadeia que articula tradicionalmente benefícios sociais, a normatização e sujeição. Nesse cenário, novos procedimentos de inclusão social e política poderiam emergir.

Diferentes pensadores já alertaram, entretanto, para as ambigüidades e contradições que acompanham o conceito e a prática de descentralização, que podem servir tanto aos propósitos de implementação da democracia participativa quanto aos desígnios das reformas neoliberais de desresponsabilização do Estado diante das demandas por direitos sociais.

O cenário de crise do Estado aprofunda o caráter contraditório da descentralização e torna plausível às elites políticas a formulação de discurso de crise de governabilidade como

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS CONSELHOS DE DIREITO NO
FORTALECIMENTO DA CIDADANIA, REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2005,
ÀS 14:00 HORAS.

resposta à multiplicação das demandas por direitos sociais. Na esteira da ingovernabilidade são implementadas medidas de bloqueio da rede de proteção social, de privatização das políticas sociais e de flexibilização dos direitos.

Leis, como o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, Lei nº 8.742/93, ao incorporarem a assistência ao capítulo dos direitos constitucionais apontaram a possibilidade e até mesmo a necessidade do desenvolvimento de mecanismos e instrumentos políticos que viabilizassem a descentralização articulada à participação política daqueles que, como cidadãos, iriam contribuir diretamente com a transformação da assistência em objeto de políticas públicas assumidas pelo Estado e idealizadas por sujeito de direito e conflito na esfera pública.

A nova legislação prevê mecanismo de ação política que incentivam uma maior presença da sociedade civil na esfera pública. Entre eles se destacam os Conselhos de Direito. Podemos destacar, aqui, o Estatuto da Criança - ECA, que regulamenta as determinações contidas na Constituição, tanto nas sessões que tratam das políticas públicas, quanto aquelas cujo objeto é a família, a criança e a juventude.

O Estatuto baliza, no seu art. 88, a formação dos Conselhos nas esferas municipal, estadual e nacional, considerando-os órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo Leis federal, estaduais e municipais.

O Estatuto prevê, ainda, a responsabilidade dos conselhos sobre a gestão dos fundos nacional, estaduais e municipais.

A assistência como direito e a experiência participativa dos cidadãos em arenas públicas são as novidades legais que emergem articuladas no rico cenário da década de 80, onde setores organizados da sociedade civil tentam correr contra o atraso.

No Brasil, a crise é ainda mais radical. As elites brasileiras não mediram esforços, ao longo da nossa história, para barrar as tentativas de formação de uma esfera pública democrática enquanto espaço, onde diferentes sujeitos, em condições de igualdade, demandariam direitos. Não deixa de ser surpreendente o fato de a sociedade brasileira ter experimentado uma elevação significativa da presença dos movimentos sociais, justo no momento em que no cenário internacional já predominava um declínio da participação popular no mundo político.

O cenário descrito até aqui, em rápidas pinceladas, apenas aumenta a exigência de uma avaliação precisa do significado das mudanças legais e institucionais recém introduzidas na política brasileira.

Mesmo no campo político liberal, ou seja, um campo pouco sensível às possibilidades da participação mais intensa da população no processo político, pode encontrar elaboração de critério útil à avaliação da qualidade da democracia, às concepções que associam democracia ao comando de uma elite dirigente e ao incorporar as críticas à possibilidade de um governo do povo. Apresentam pluralidade a contestação pública e a competição, como elementos fundamentais para caracterizar uma poliarquia - governo de uma pluralidade de elites organizadas. É possível estabelecer um patamar mínimo de avaliação de uma arena, como a dos conselhos de direitos, quanto a suas potencialidades democráticas. Pluralidade, participação efetiva e condições propícias à contestação pública devem estar presentes numa arena que não tenha como propósito o autoritarismo.

O grau de democracia remete-se então, no nosso entendimento, não apenas à pluralidade, às condições de revezamento e de participação, mas à possibilidade dos diferentes grupos em enfrentamento alternarem a posição de definidores dos temas de 'interesse geral', ou a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS CONSELHOS DE DIREITO NO
FORTALECIMENTO DA CIDADANIA, REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2005,
ÀS 14:00 HORAS.

condição de balizadores do debate. O espaço democrático supõe, ainda, o consenso como resultado de uma construção negociada frente ao conflito regrado e não como efeito da imposição de uma elite política.

A democracia solicita a participação nos diferentes momentos do processo político: elaboração da agenda, planejamento da política, tomada de decisão, execução e controle da gestão. A operação democrática é, neste sentido, pedagógica e expansionista. O caráter educativo da democracia possibilitaria sua abertura e multiplicação numa rede reprodutora de direitos, participação e cidadania. Justo o oposto de práticas autoritárias, caracterizadas pela seletividade, fechamento do campo decisório, cooptação e tutela.

Observados os critérios democráticos, ou ao menos parte deles, a política pública emergiria como resultado de uma interação negociada entre governo e sociedade civil. Trata-se, é claro, de um processo a ser construído, uma transição a ser vencida, cujo papel dos conselhos é central na elaboração de parcerias e redes cooperativas para promoção dos direitos civis e sociais. Neste sentido, os critérios acima elencados são instrumentos para avaliar a situação da sociedade frente a este desafio de transição democrática.

Obrigado (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Agradecemos as palavras do Dr. Francisco.

Eu gostaria de saber se os demais membros da mesa, Regina Célia, gostariam de fazer uma fala.

Com a palavra a Sr^a Regina Célia, por cinco minutos.

Você, como não é palestrante, está entrando como platéia e a platéia terá três minutos, você terá metade do tempo dos palestrantes. É suficiente?

A SR^a REGINA CÉLIA DE ASSIS - É suficiente. Nem estava previsto, mas a título...

Conceitualmente, primeiro, eu quero cumprimentar a Mesa e cumprimentar o Deputado Ságua por ter tomado esta iniciativa. Dizer também que ele é parceiro nosso. Nós já realizamos algumas atividades dos conselhos, como exemplo a Conferência dos Direitos Humanos, com a participação e o apoio do gabinete do Deputado Ságua.

Conceitualmente eu também que não há necessidade de falar, porque têm pessoas com bastante capacidade, professoras estão aqui, a Vera, já falaram.

Eu só gostaria de enfatizar sobre alguns pontos colocados até mesmo pelas pessoas da Mesa. Primeiro, a professora Vera falou da questão que os conselhos estão aí, que não é nenhuma benesse e tal.

Só que assim tem um autor, se eu não me engano, que é italiano, que é Rudolf Von Ihering, que ele tem uma publicação que é a Luta pelo Direito. O direito é uma conquista. Uma vez conquistado, a luta continua pela manutenção desse direito. Não adianta só essa conquista aí. Nós temos um problema sério, hoje, da sociedade civil. A sociedade civil precisa se organizar.

Nós estamos com um processo de eleição em dois conselhos estaduais. E outra coisa, não há como nós fugirmos da questão legal. Uma vez a lei publicada, estando em vigor, nós temos que cumprir. Para fazer diferente, só alterando a lei. Nós precisamos ter instituições para compor esses conselhos.

Outra coisa, eu não a conhecia. Você, professora Liliane, é Presidente do CRSS, nós temos uma outra questão. Por exemplo, não sei se é do seu conhecimento de que o CRSS está com as mesmas pessoas no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e no Conselho Municipal...

(A SR^a LILIANA CAPILÉ FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS CONSELHOS DE DIREITO NO
FORTALECIMENTO DA CIDADANIA, REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2005,
ÀS 14:00 HORAS.

A SR^a REGINA CÉLIA DE ASSIS - Está. Eu tenho essa publicação e isso enfraquece a questão dos ...

(A SR^a LILIANA CAPILÉ FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

A SR^a REGINA CÉLIA DE ASSIS - Então, já foi alterado. Mas temos... Nós estamos falando de dois, mas são quatro conselheiros. O suplente... Eu não sei... Nós temos a publicação que foi enviada, e são as mesmas pessoas... E a outra questão é que temos instituições, e estão em três conselhos as mesmas pessoas.

Dizer também que é bastante especificidade. Cada conselho tem a sua especificidade. Nós temos conselhos de direito que dependem da visão do gestor, dependem da mobilização da sociedade civil, não sendo obrigatória a sua constituição. E nós temos conselhos setoriais de políticas públicas, sendo obrigatória a sua constituição. Se o gestor não cumprir, o Ministério Público é que tem os instrumentos legais, que pode fazer essas instalações para que eles sejam efetivados e instalados. E ainda tem a questão da natureza jurídica dos Conselhos, se são deliberativos ou se são consultivos. Então, de acordo com suas especificidades é que caminha, mas caminha mais em decorrência da posição da sociedade civil.

Era só isso. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Agradecemos a participação da Sr^a Regina Célia de Assis.

Com a palavra, o Vereador Mário Lúcio.

O SR. MÁRIO LÚCIO - Deputado Ságua, do qual empresto o nome para cumprimentar os membros da Mesa. Empresto o nome do Dr. Edmilson para cumprimentar todos os parceiros e companheiros, se é que eu posso pedir licença para chamá-los assim, porque eu vejo todos aqui, militantes, pessoas que estão no dia-a-dia e que fazem história no Estado de Mato Grosso nessa caminhada, nessa luta para criação dos Conselhos e de uma política pública democrática.

Eu não poderia, Deputado, deixar de comparecer aqui, porque é histórica essa luta da questão dos Conselhos no Estado de Mato Grosso. Só para ter como exemplo, amanhã, às 09:00 horas, no Auditório da Associação Mato-grossense de Deficientes, está acontecendo Projeto Prefeitura em Movimento de Cuiabá, e lá está a sede do Município de Cuiabá, do gabinete do Prefeito. Amanhã vai ser instalado o Conselho de Direito das Pessoas com Deficiência no Município de Cuiabá. É uma luta de 20 anos.

Tem 26 anos que sou aleijado, deficiente, qualquer coisa assim, manco, sei lá. Sabemos das dificuldades que tem um deficiente, um pobre, neste país. Tive a sorte de passar num concurso da saúde, depois tive a sorte de fazer parte da criação da Associação Mato-grossense de Deficientes e também de fazer parte de um movimento chamado Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes, que me colocou dentro do Conselho Estadual de Saúde, que foi onde tive a oportunidade de viajar por este Estado, discutindo saúde para deficientes nos municípios que representamos - porque fazemos parte desse segmento - e também para toda comunidade mato-grossense. É um momento democrático onde a comunidade pode discutir o que ela quer e o que ela precisa, e também fiscalizar para onde vai o dinheiro público, para onde o gestor está encaminhando, fazendo essa política de encaminhamento dos nossos recursos. Eu chamo de nosso, porque nós pagamos impostos. Quando nós nos reunimos no Conselho, querendo saber do Governo do Estado e do Governo Municipal para onde está indo o recurso e porque ele veio e para onde ele vai, nós estamos, realmente, só querendo saber para onde está indo aquele vintém, posso dizer assim, que saiu de cada cidadão, às vezes, muito miserável, que mora lá na periferia da nossa cidade e, muitas vezes, nós não temos oportunidade de falar.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS CONSELHOS DE DIREITO NO
FORTALECIMENTO DA CIDADANIA, REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2005,
ÀS 14:00 HORAS.

Então, eu não quero falar coisas bonitas, teóricas, mas quero ressaltar este exemplo da nossa militância, da nossa vida, o quanto é importante discutir, por exemplo, que o SUS pouco tempo atrás dava algumas cadeiras de rodas para o deficiente e não olhava o sol de Cuiabá, o calor de Cuiabá, e dava algumas cadeiras de rodas para o pessoal que contraía escara. Hoje, ainda doam. Falam que é doação, é concessão. É direito nosso, mas repassa a pior cadeira possível. Por exemplo: doam para esses cidadãos cadeiras de lona, que custam duzentos e oitenta reais, o cidadão senta e vai para periferia, quando assusta volta para o pronto-socorro com escara. Duzentos e oitenta reais se transformam em quinze, vinte, ou a vida daquele cidadão, porque a escara nunca matou deficiente, sempre é uma infecção generalizada, ou uma parada cardíaca, ou respiratória. Mas nós estamos num acerto dentro do Conselho, para que possamos mudar essa política do Sistema de Saúde. Então, o Conselho é muito importante. A discussão é muito importante. E Governo nenhum pode tirar aquilo que é conquista nossa, de vinte anos de muita luta e de muita dedicação.

Nós estamos aqui, Deputado Ságua, para dizer ao Governo do Estado que nós compartilhamos da idéia de que os Conselhos têm que continuar e o Governo tem o dever de mantê-los e mantê-los bem. Não é com migalhas, não. Há determinados momentos, tem municípios em que são criados Conselhos apenas para os municípios receberem dinheiro da esfera federal e o Governo fazer o que bem entender dele. Não é assim que se faz essa política pública.

Então, nós somos favoráveis, quero deixar registrado aqui que o Vereador Mário Lúcio comunga com todos os demais membros dos conselhos e da comunidade que apóiam a democratização do sistema político público (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Agradecemos as palavras do Vereador Mário Lúcio.

Nós temos até o momento onze inscritos. Vamos encerrar as inscrições na primeira fala porque senão vai prolongar muito.

Neste momento, será concedida a palavra para as pessoas que se inscreveram por um tempo de três minutos para fazer perguntas ou fazer alguma intervenção que não seja pergunta. Quero pedir para os membros da Mesa que anotem as perguntas dirigidas, porque só irão responder ao final, dentro das considerações, porque senão vamos prolongar muito tempo aqui. Então, durante o questionamento do primeiro inscrito, serão encerradas as inscrições.

O primeiro inscrito é Paulo Eduardo dos Santos, Presidente da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, que dispõe de três minutos.

O SR. PAULO EDUARDO DOS SANTOS - Boa-tarde a todos e a todas!

Quero cumprimentar a Mesa em nome do Deputado Ságua e ao mesmo tempo parabenizar pela iniciativa e pelo aceite do aclame da sociedade civil para que esta Audiência tornasse possível.

Eu não poderia deixar de manifestar, a exemplo da Professora Vera, a indignação de ouvir, depois de mais ou menos vinte anos de uma democracia instalada neste Brasil, o pronunciamento por parte do Poder Executivo de fechar os Conselhos.

Então, em nome da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, a qual hoje nós presidimos, queremos mostrar a nossa indignação quanto a esse posicionamento do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso.

Aqui a Mesa foi brilhante, eu consegui anotar algumas coisas e eu gostaria de destacar apenas, Deputado Ságua, para fixar, afinal de contas, a democracia, como disse a representante da Mesa, não se instala, não é um instrumento pronto e acabado. E a Professora Vera veio fazer um resgate histórico, lembrando que antes da Constituição, porque nós temos sempre tido como referência a Constituição Federal de 88, que é importante, é fundamental, é o marco, mas

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS CONSELHOS DE DIREITO NO
FORTALECIMENTO DA CIDADANIA, REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2005,
ÀS 14:00 HORAS.

não podemos esquecer que a nossa luta começou antes da Constituição. E a Constituição resgatou, reafirmou um movimento que estava presente no Brasil, mas que ela é o resultado, não é o fim de um processo. E que democracia se faz coletivamente; democracia se faz construindo dia a dia.

Então, por isso que o resgate histórico é importante e é fundamental. A Constituição também traz dados importantes que a Mesa destacou. Compromisso, compromisso da sociedade política e compromisso da sociedade civil. Ambos precisam estar atentos a consolidar esse espaço democrático. O Poder, ou a sociedade política, em que criar possibilidades democrática e participativa. E a sociedade, sem dúvida nenhuma, de participação.

Um outro destaque é a nossa formação de colônia. Fomos um país de colônia, queremos ser um país democrático. Mas ainda respiramos um país de colônia, fomos colonizados e ainda respiramos isso. Para modificar isso, é preciso tempo, é preciso construção coletiva. E aí não cabe a nós, hoje, depois de toda essa história de 500 anos, dizermos que a sociedade civil não participa porque não quer. Isso é uma falácia, isso é uma enganação.

Gostaria de encerrar, então, o meu tempo acabou, dizer dos conselhos municipais de educação e aí mostra a dificuldade da participação junto aos conselhos municipais de educação. Hoje, em nível de Brasil, trinta por cento dos conselhos municipais instalados ainda são presididos pelos senhores Secretários Municipais de Educação. Então, a dificuldade que nós temos de participar não é involuntária, ela é propositiva. O que precisamos fazer é resgatar a nossa capacidade e resgatar os conselhos, seja de educação, seja de saúde, seja de que área for do Poder Executivo para que nós possamos de fato atuar como legitimidade neste Brasil.

Obrigado, é isso que nós tínhamos que apresentar. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Obrigado, Paulo.

Com a palavra, a Sr^a Tânia Regina, Presidente do Conselho da Mulher, que dispõe de três minutos (AUSENTE).

Com a palavra, a Sr^a Maria Luíza Zanirato, da Direção do SINTEP, que dispõe de três minutos.

A SR^a MARIA LUÍZA ZANIRATO - Em primeiro lugar, boa-tarde ao Deputado Ságuas e confirmo também o nosso agradecimento por estar realizando esta Audiência Pública, de sua iniciativa.

Boa-tarde aos demais membros da Mesa e também aos participantes desta Audiência Pública, na sua grande maioria amigos e amigas minhas da luta pelos direitos e pela cidadania.

Nós somos teimosos. Embora outros não queiram participar, muitas vezes, nós abrimos mão da nossa vida pessoal e familiar para estarmos à frente dos Conselhos de Direitos e Sociais.

Mas quero enfatizar, no pouco tempo de três minutos, que nós estamos, na verdade, debatendo aqui, neste momento, o reflexo de uma política que está instalada, principalmente no Estado de Mato Grosso, de negar a participação da sociedade nas decisões políticas. Então, essa tem sido a prioridade, porque o SINTEP, hoje, tem apenas três diretores liberados para o Estado de Mato Grosso inteiro, com uma categoria com mais de trinta mil profissionais da educação. E para estarmos organizando a categoria e também intervindo nas políticas públicas participando, por exemplo, dessas instâncias, desses fóruns de debate, o Governo apenas permite a liberação de três pessoas. Por quê? Porque é um ônus. Os demais que estão liberados da Diretoria do SINTEP estão por conta da categoria. E isso, provavelmente, quando o Governo não é democrático, é o caminho que o trabalhador tem que seguir. Porque é muito diferente você dizer que participa do Conselho quando se faz a crítica da falta de participação da sociedade, é

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS CONSELHOS DE DIREITO NO FORTALECIMENTO DA CIDADANIA, REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

muito diferente você dizer: “eu participo do Conselho porque sou gestor, porque está na minha jornada de trabalho isso; eu participo porque sou empregador, porque não dependo do trabalho para garantir a minha sobrevivência.” Mas, diferentemente, o trabalhador, o usuário dos direitos, das políticas públicas, ele precisa pagar um substituto, ele perde o dia de trabalho ou ele está na informalidade. Como é que ele estaria participando, de fato, das decisões políticas? Aconselhando, no caso dos Conselhos de Direito, porque nós não somos deliberativos, ou deliberando, no caso dos conselhos que têm o controle das contas públicas.

Então, de fato, essa matéria do Sr. Pagot, do dia 09 de agosto, o seu pronunciamento como Secretário da Casa Civil, é o retrato do Governo Estadual: “Os conselhos são uma perda de tempo.”

Então, terminando o meu tempo aqui, eu quero dizer que o que ele alega que controla as contas públicas, Tribunal de Contas, Procuradoria-Geral do Estado, Corregedoria, Assembléia Legislativa, todos são gastos que a sociedade está bancando, mas que não tem a participação da sociedade efetiva, porque o Tribunal de Contas aprovou 17.8% para a educação em 2004, que o Prefeito Roberto França aplicou só 17.8%, sendo que a Lei diz que tem que ser 25%. E o Tribunal aprovou e a Câmara Municipal também aprovou, e nós, a sociedade, ficamos gritando, gritando, dizendo que não estava se cumprindo sequer a legislação, não estava se cumprindo o direito da criança e do adolescente no acesso à educação.

Então, esta Audiência precisa ser irradiada, muito mais informada à população... Eu gostaria também de fazer uma consulta: Se os Parlamentares daqui têm alguma punição se não vierem nas audiências, porque só tem o Deputado Ságuas aqui.

O Regimento da Casa prevê alguma punição se eles não participarem de Audiência Pública?

Eu gostaria de registrar essa indignação, porque se vier um projeto de lei para extinguir os conselhos, eles é que vão aprovar e não estão aqui para fazer o debate. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Eu agradeço a participação da Maria Luiza.

Já respondendo, Maria Luiza, nas Audiências Públicas não é obrigada a participação dos Parlamentares. E como geralmente a Sessão é até na quinta-feira meio-dia, os Parlamentares acabam fazendo compromissos pelo interior ou mesmo na Capital. Mas seria interessante que tivesse o máximo de Deputados presentes para que pudessem debater tão importante tema como este.

Com a palavra, a Sr^a Tânia Regina, Presidente do Conselho da Mulher.

A SR^a TÂNIA REGINA - Boa tarde a todos e a todas.

Quero cumprimentar a mesa na pessoa do Deputado Ságuas, que solicitou esta audiência pública.

Eu quero dizer, em nome do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e das mulheres de Mato Grosso que as mulheres de Mato Grosso não vão se calar diante da possibilidade de se extinguir o Conselho da Mulher, porque foi com luta que esse conselho foi construído, com luta da professora Vera Bertolini e de tantas outras mulheres aqui do Estado.

O Conselho Estadual da Mulher é um Conselho atuante, é representativo. Neste ano nós, a agenda única, em parceria com a Coordenadoria de Mulheres, com o NUEPOM - Núcleo de Estudo, Pesquisa e Orientação da Mulher da Universidade Federal, fizemos, há 10 dias, um encontro de mulheres da Baixada Cuiabana, realizado em Chapada dos Guimarães. Participaram mulheres até de General Carneiro desse encontro. Trouxemos pessoas de fora, da Rede Mulher de Educação, para fazer oficinas. E o Conselho já está se articulando, para o dia 25 de novembro, que é o Dia da Não Violência Contra a Mulher. Nós não vamos nos calar. Esse é o recado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS CONSELHOS DE DIREITO NO
FORTALECIMENTO DA CIDADANIA, REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2005,
ÀS 14:00 HORAS.

Eu tenho aqui uma indagação ao Procurador que está representando o Procurador Geral a respeito das diárias dos conselheiros. Há um parecer da Procuradoria do Estado dizendo que os representantes das organizações governamentais não teriam direito a diárias. Invariavelmente, nós do Conselho da Mulher recebemos solicitação para irmos ao interior dar apoio técnico aos conselhos municipais.

Há poucos dias, a Mirani, que é técnica do conselho, foi a Canarana e não seria justo que a Mirani tirasse dinheiro do próprio bolso para fazer essa viagem. Então, eu quero fazer essa indagação, quero saber qual a sua opinião a respeito disso.

A outra observação que eu tenho a fazer é em relação ao processo de escolha das conselheiras. Eu fiz um ofício, mas infelizmente esse ofício não foi recebido. Mas eu vou aqui dizer qual era o teor desse ofício.

Eu redigi um ofício às Superintendentes dos Conselhos pedindo a flexibilização da lista de documentos exigidos. Porque lá, naquela lista, pede-se inclusive certidão negativa junto ao Tribunal de Contas do Estado e uma lei estadual de declaração de utilidade pública, que ao meu ver é impertinente. Os dois do começo são impertinentes. Eu fiz uma consulta ao Promotor José Belém de Várzea Grande, e ele me adiantou que também acha impertinente. Da mesma forma, eu fiz uma consulta ao promotor aqui presente, e a orientação dele também é nesse sentido: para não se restringir a participação popular. Então, fica mais uma vez aí essa observação, ou indagação - receba como quiser, Doutora Regina (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Agradeço o questionamento da Tânia Regina. O próximo inscrito é Gilmar Soares Ferreira, que dispõe de três minutos.

O SR. GILMAR SOARES FERREIRA - Quero cumprimentar a todos aqui presentes em nome do Deputado Ságuas.

E dizer que concordo muito com a fala da Professora Vera, principalmente quando ela falava da cultura da subserviência.

Eu acho que nós temos, hoje, um momento privilegiado. Com o início do Governo Lula nós tivemos um espaço de disputa estabelecido neste País. Nós temos, de um lado, um projeto democrático; e, de um outro lado, um projeto autoritário. E essa notícia do Pagot aqui é apenas a ponta do iceberg da luta que nós estamos travando neste País.

Nós temos... O professor Júlio César faz uma reflexão sobre a elite, dizendo que a elite é o que nós temos de melhor. Neste País há uma inversão quando se fala da elite. Nós temos uma elite neste País que, principalmente a agro-exportadora, hoje, tomou de assalto o Estado de Mato Grosso, e é o que de pior nós produzimos em termos de cabeça pensante. Nós temos, hoje, uma elite - o Prof. Luiz Passos diz isso e eu concordo com ele - que toma de assalto o Estado e não consegue tolerar a diferença, não consegue tolerar a diferença. Por isso, investem contra as organizações sociais; por isso, tentam criminalizar o MST. O Governo Maggi tenta criminalizar o Movimento Sindical, cortando, por exemplo, o dinheiro dos filiados do SINTEP durante três meses e só nos devolvendo-o, porque nós entramos na Justiça. Nós temos uma Procuradoria do Estado, hoje, que fecha os olhos a essa questão. É uma elite que não aceita falar em democracia, em que o povo pobre, em que os estudantes, em que os trabalhadores possam discutir políticas públicas.

Eu me sinto muito feliz quando eu tenho de ir a uma Delegacia Regional de Trabalho e vejo aquele povo perdido, tendo que discutir economia solidária. Também assim me sinto, quando eu tenho de ir à Secretaria de Trabalho, Emprego e Cidadania e tem lá uma série de conselhos que eles têm de engolir.

Só para vocês terem uma idéia, nesta semana, no Conselho de Trabalho, quase que a gente pegou cem mil reais, porque essa foi uma proposta minha, Conselheiro da CUT: Se não é

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS CONSELHOS DE DIREITO NO
FORTALECIMENTO DA CIDADANIA, REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2005,
ÀS 14:00 HORAS.

para o Estado gastar um pouco mais, gastar vinte ou trinta mil reais a mais do que o dinheiro que vem do Governo Federal, que o devolvamos! Mas, esse era o pensamento de quem coordena, hoje, a Secretaria de Trabalho, Emprego e Cidadania. Por causa de vinte mil reais, para formar Conselheiros do Trabalho no Estado todo, não ia se realizar a ação, corríamos esse risco! E eu fiz a proposta com essa intenção de confrontar esse tipo de política que, hoje, se estabelece dentro do Governo do Estado de Mato Grosso.

Eu tenho uma posição: A gente deveria dar mais poder aos Conselhos. Eu fico pensando que, o dia que o Conselho do FUNDEF Municipal ou Estadual tiver poder de aprovar as contas ou de que a Câmara não vote as contas desse Poder, se não for aprovado primeiro no Conselho, a gente muda a história dos recursos públicos neste país (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Agradeço o Sr. Gilmar Soares Ferreira.

Com a palavra, o Sr. Francisco de Assis, do Conselho Estadual dos Direitos do Negro.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS - Boa tarde, Sr. Deputado!

Eu parablenizo assim, minha força espiritual dentro desta Casa, por sua pessoa, de responsabilizar um ato público desse, em defesa dos direitos dos menos favorecidos. Isso é importante.

Se eu for falar em direitos, principalmente no direito dos negros, no direito daquelas pessoas que não participam, realmente, da ação social do Estado e do Município... Se, determinadamente, o Governo, junto com a Assembléia Legislativa, baixar essa lei ou decreto que elimina o Conselho de Direitos, nós temos pessoas que vão ter sérios problemas no município. Esse órgão que é o Conselho não consegue fazer a defesa do seu povo, não consegue realizar, realmente, aquelas pessoas que elegem os Deputados, que elegem o Governador... O nosso povo é 64% no Estado e no Município, então, não são somos poucas pessoas que fazem parte desse contexto social.

Então, Deputado, eu espero que os seus outros irmãos que fazem parte desta Assembléia Legislativa, ajudem o senhor a encaminhar essa lei, ajudem a encaminhar esta nossa reivindicação social, para que os nossos Conselhos sejam respeitados, para que o direito dos negros seja uma consideração. Nós temos o movimento que atua no município e em todo o Estado em favor daqueles quilombolas que hoje lutam por suas terras. Esse é o maior motivo do Governo do Estado tentar acabar com os Conselhos de Direitos: você pesa na balança. Nós temos diariamente luta constante para o despejo daquele povo. O senhor mesmo já trabalhou junto conosco para voltar o direito daqueles nossos irmãos que, realmente, são despejados de seis em seis meses, ou ano.

Esperamos que o Governador Blairo Maggi resolva o problema dos quilombolas. Ele deixou para trás e hoje fez com que o Conselho fique devedor de uma resposta para o nosso povo.

Peço desculpas a todos, porque se nós formos falar, realmente, sobre direito, se nós formos falar sobre o Conselho, nós vamos muito longe.

Eu não sabia nem por onde começar, porque quando peguei o Conselho, nem papel para escrever não tinha, foi uma luta minha, hoje que o Conselho vive, está aí, mas não podemos defender a nossa classe social como merecem nossos irmãos.

Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Com a palavra, a Sr^a Madalena Rodrigues, Professora da UFMT e Coordenadora do Núcleo de Estudos sobre a Mulher da Universidade Federal de Mato Grosso.

A SR^a MADALENA RODRIGUES - Boa-tarde a todas as autoridades da Mesa, boa-tarde a todas as pessoas que se encontram aqui.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS CONSELHOS DE DIREITO NO
FORTALECIMENTO DA CIDADANIA, REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2005,
ÀS 14:00 HORAS.

Sempre que venho aqui na Assembléia Legislativa, numa luta nossa como esta de hoje, eu fico indignada com algumas questões e eu fico pensando se aqui vale as nossas reflexões, as nossas reivindicações e as nossas solicitações de encaminhamentos. Teve uma época que o Deputado Humberto Bosaipo disse que eu só vinha aqui para brigar, mas não adiantava nada, porque brigava e ficava tudo do mesmo jeito.

Aquela colocação que a Maria Luíza colocou é a minha. Sempre que pedimos ou vimos numa Audiência Pública, só está a pessoa que reivindicou, nem um outro Deputado ou Deputada se faz presente, e aí fica mais um monólogo a algumas colocações e não sabemos quando vai ser encaminhado.

Eu quero acreditar também que a questão dos Conselhos parte por aqui. No art. 204 da Constituição Federal: “Assegura participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.”

Outras formas da participação popular está na participação popular, está na participação da comunidade em vários Conselhos em seus municípios. E cita vários Conselhos.

Eu quero ver, Deputado Ságua, todos os presentes, que um dos principais problemas que nós encontramos aqui é a história do popular. Aqui no Brasil, quando se fala em elite é o pessoal que está lá em cima, é o pessoal que tem dinheiro, quando fala em popular é o povão que não manda nada, não pode fazer nada. Eu vou rever alguns conceitos, eu vou rever alguns conceitos. Eu vou procurar entender o que é povo, o que é população, o que é democracia, o que é cidadania, o que é participação, outras questões a mais, porque eu acho que isso virou uma bagunça na cabeça de todo mundo e nós não sabemos mais para onde vai, porque eu quero entender quais questões que os Conselhos têm que acabar. Por quê? Porque garante a participação popular, porque garante a participação popular para o povo, aquele povo que tem que receber tudo pronto e não pode participar, não pode opinar, não tem condições, não sabe agir por si, precisa sempre de uma tutela.

Então, como vocês vão controlar o Estado, vão apresentar, sugerir políticas públicas se vocês têm que ser mandado, se vocês têm que obedecer às ordens, se vocês não sabem nada? Quem sabe se vocês merecem é o Governo, é o Legislativo, o Judiciário. O povo não sabe, o povo obedece. É igual àquela marca do gado, que há muito tempo já cantamos: “povo marcado, povo feliz”. Só que nós somos felizes onde? Nas nossas ignorâncias.

Eu gostaria de entender uma questão aqui, eu entendi que a Mesa concordou que os Conselhos são importantes. É isso? Eu gostaria de saber de nós que estamos participando, os Conselhos são importante? São. (PALMAS).

Então, aqui a primeira questão que nós levamos. O que nós vamos fazer com isso, Deputado Ságua? Nós concordamos que os Conselhos têm que existir. O povo, nós que estamos aqui dentro, achamos que os Conselhos têm que existir. Qual é o encaminhamento que nós vamos tirar daqui para levar para o Governador do Estado? Que nós, povo brasileiro, aquele povo que tem que ser comandado, mas que de vez em quando pensa (RISOS), queremos que os Conselhos funcionem, queremos que as pessoas que participam dos Conselhos sejam qualificadas. Eu já participei do Conselho das Assistentes e saía pelo Mato Grosso com o nosso dinheiro, qualificando, capacitando pessoas para participar dos Conselhos.

As pessoas vêm participar dos Conselhos mesmo, mas não sabem nem por que vêm. Eu tenho um exemplo muito próximo de uma pessoa que veio representar o Conselho dos Direitos da Mulher, a Secretaria de Agricultura. Ela falou: “Eu vou representar o quê? Nada, você vai lá representar a Secretaria de Agricultura, porque você não precisa saber nada de mulher.

Então, é isso que o pessoal acha, que tem que fazer número para defender o Governo. A sociedade civil é imbecil, mas ainda consegue falar, se articular e fazer as

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS CONSELHOS DE DIREITO NO
FORTALECIMENTO DA CIDADANIA, REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2005,
ÀS 14:00 HORAS.

reivindicações. E muitas vezes encaminha melhor que o Governo dentro dos Conselhos. Então, nós queremos que os Conselhos funcionem, sim. E nós queremos saber daqui qual é a resposta que nós vamos levar para o Governador do Estado. Muito obrigado. Esses três minutos é muito pouco. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Obrigado, Madalena. Vamos passar para a Rosa Maria Coelho.

A SRª ROSA MARIA COELHO - Boa-tarde a todos.

Eu quero agradecer por esse momento de estar aqui junto com algumas pessoas com quem já convivo há um tempo. Vim até a Assembléia para uma outra questão e acabo descobrindo aqui parceiros de luta. Resolvi ficar para ver o que ia acontecer. Muitas pessoas aqui já me conhecem. Já fui presidente do Conselho de Assistência Social eleita, representando o Conselho Regional de Psicologia. Eu sou psicóloga. Por duas vezes, fiquei lá de 1998 a 2005. E alguns dos questionamentos feitos aqui, e a minha querida Mada, enquanto mentora e pessoa que admiro muito, que me conhece há bastante tempo, já fizemos alguns questionamentos desse tipo nas instâncias de deliberação, eu repito incansavelmente: a mim não causa estranheza o Estado tentar eliminar, acabar com os Conselhos. Nenhuma estranheza, enquanto psicóloga, enquanto militante, enquanto estudiosa de movimentos sociais e política. A mim não causa estranheza os conselhos - e eu tenho experiência disso - não ter condições de desenvolver suas ações em função de uma obstaculização que vai desde a qualificação das pessoas até o recurso e espaço para isso. Não me causa estranheza. Esse é um movimento perfeitamente compreensível dentro desse tensionamento entre poder do Estado e poder de sociedade civil. Só que é bom lembrar que o Estado surge como uma instância de administração e gerenciamento do desejo e das necessidades de sociedade civil. Ele surge assim. É essa a função dele.

Infelizmente, em função de uma questão histórica de alienação, ele passa a ocupar um lugar diferenciado nessa estrutura. A Hannah Arendt, uma socióloga da Escola de Frankfurt, fala o seguinte: “Quando a violência se instala, o poder já se ausentou”. Quando nós temos uma proposta como essa partindo de uma instância que deveria ser aquela que representa a nossa vontade, está clara a questão da violência. A arbitrariedade é um tipo de violência. Se existe aí uma idéia de que se ocupa o poder por estar em um determinado espaço, vamos lembrar que a construção desse Estado por um movimento social de luta foi elaborada em três Poderes. A Justiça deve ser aquela que está em última instância no lugar de punir quando não se respeita direitos, direitos pensados, criados, construídos pelo povo. O Executivo tem a função, o nome já fala, de executar as ações pensadas pelo povo. Aonde é que o povo tem sua representação? Aqui no Legislativo, que tem a função de trazer o povo, ou pensar para, pelo e com o povo, e propor coisas que sejam do interesse do povo enquanto cidadão.

Aí, eu só quero fazer a pergunta: O Legislativo está a serviço de quê? Está a serviço de quem? Essa reflexão, infelizmente, eu coloco nas costas de um único representante do Legislativo, mas gostaria que fosse transmitida para todos aqueles que representam a Casa do povo.

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Obrigado, Rosa Maria.

O próximo inscrito é o Sr. Euze de Carvalho, Diretor de Atenção Secundária do Município de Cuiabá.

O SR. EUZE DE CARVALHO - Boa-tarde a todos!

Eu estou aqui mais como membro da sociedade civil do que propriamente Diretor de Atenção Secundária da Secretaria Municipal de Saúde.

Permita-me, Professora Vera, fazer das suas palavras as minhas. A reflexão, realmente, que eu fiz foi exatamente a mesma, e da professora Madalena também.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS CONSELHOS DE DIREITO NO
FORTALECIMENTO DA CIDADANIA, REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2005,
ÀS 14:00 HORAS.

O ponto que eu gostaria de tocar - e ela foi até mais incisiva do que eu seria aqui na frente - é que eu acho que temos que avançar, sim, na direção do controle social. Eu não vejo outra forma efetiva de se fazer isso a não ser através dos conselhos.

É fato mesmo, nós temos que melhorar o nível da nossa participação, não só enquanto representante da sociedade civil, isso só se faz, de fato, capacitando, treinando, como também o poder público ter a responsabilidade de indicar as pessoas que vão representá-lo nos conselhos, que possam falar, de fato, pelo Poder Executivo. E isso, muitas vezes, as pessoas que vão para essa representação nem sabem, de fato, o que é que estão fazendo lá, o que é um Conselho de Direito de Criança e Adolescente, o que é um Conselho da Mulher, enfim, os diversos conselhos que existem. Muitas vezes, tem até medo de falar em nome do Governo, e é representante do poder público.

Então, é preciso que a gente melhore o nível de participação dessa representação e que caminhe no sentido de que nós possamos, de fato, avançar em direção ao controle social. Eu só vejo uma forma, realmente, e queria deixar isso bem claro: através dos conselhos de direito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Obrigado, Dr. Euze.

O próximo inscrito é o Sr. Márcio Magalhães, Presidente do Conselho Estadual de Direitos da Pessoa Idosa.

O SR. MÁRCIO MAGALHÃES - Bom, como nós temos três minutos, sem rapapés, para que possamos falar objetivamente o que precisa.

Na verdade, eu sou porta-voz do Conselho Estadual do Idoso, para dizer duas coisas, principalmente. Primeiro, em relação ao que foi divulgado dos conselhos, porque há aí, parece-me que alguma conclusão, de que os conselhos primeiro precisam ser instintos porque dão despesa.

Eu quero dizer para vocês que, como as despesas do Conselho Estadual do Idoso muitas vezes saem do meu bolso, eu já tenho lá a minha mulher que toma conta dessas coisas e me cobra. Então, já não preciso, se for o caso dessa preocupação com o meu bolso, fiquem tranqüilo. E eu imagino que do bolso de todos os conselhos, de todo o pessoal. Eu não estou falando novidade.

Mas eu quero dizer que, se é a preocupação do Governo é com a despesa, teoricamente, este ano, embora o Conselho Estadual do Idoso tenha criado muitos conselhos municipais, tenha capacitado uma quantidade enorme de conselheiros municipais, nós não chegamos a gastar ainda a fortuna de R\$1.000,00. Este ano o Conselho Estadual do Idoso não gastou R\$1.000,00, não deu despesa de R\$1.000,00.

O Conselho Estadual do Idoso não tem linha telefônica. Então, não tem despesa com telefone. Então, embora todo esse argumento de despesas, não sei, porque não tem. Eu não estou vendo isso, pelo menos no Conselho Estadual do Idoso. Não sei se vocês não estão rasgando dinheiro, mas lá não.

Segundo, essa história participação dos conselheiros, que alguns estão dizendo por aí: “Não adianta nada. Esses caras não fazem nada. Não sei o quê, papapá...” Eu quero dizer que não é verdade. No Conselho do Idoso isso não é assim.

O que acontece é que no Governo, primeiro, não existem políticas públicas definidas para as áreas. Então, o que um cara que representa a Secretaria de Educação do Estado - eu - está fazendo no conselho que até hoje a Secretaria não discute envelhecimento no currículo? Agora, me coloca para ter condições de fazer isso lá, porque, embora represente: “Vai lá esse cara representar, porque ele não sabe nada. Deixa-o para lá. Põe ele para lá”. Então, nós não temos esse espaço.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS CONSELHOS DE DIREITO NO
FORTALECIMENTO DA CIDADANIA, REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2005,
ÀS 14:00 HORAS.

A primeira coisa é essa. Não há espaço para que o conselheiro representante do Governo discuta política pública em benefício desse segmento social lá na Secretaria.

Aí o cara desiste, gente. Tem uma coisa, para participar, eu tenho que passar a minha mão lá para poder sair, ou então arcar com o desconto no meu salário. Então, os caras não vão à reunião porque tem que descontar do salário dele. Como é que vai? Então, na verdade, eu acho que o argumento é o de que nós precisamos manter os conselhos. Isso realmente é controle social. E a discussão começa em tudo... Não é o conselho que é incompetente. Alguém está negando a possibilidade de sermos competentes. Olhem: o Abrigo Bom Jesus tem representante; o Conselho do Idoso funciona bem; e outras instituições não governamentais funcionam bem. E no Governo nós faltamos também. Não podemos faltar, mas às vezes é quase necessário. É isso. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Obrigado, Márcio.

O próximo inscrito é o Edivande Pinto de França, Presidente do Conselho de Saúde... Vice-Presidente? É Presidente ou é vice-Presidente, Sr. Edivande?

O SR. EDIVANDE PINTO DE FRANÇA - Sou membro.

Boa tarde, Deputado Ságuas, o ex-conselheiro Vereador Mário Lúcio, companheira conselheira Maria.

Eu estou aqui representando o Grupo de União Consciência Negra. E estou representando, enquanto conselheiro, o Movimento do Usuário no Conselho Estadual de Saúde.

Eu vim aqui só para dar um testemunho da importância dos conselhos.

Lá no Conselho Estadual de Saúde nós somos 30 conselheiros e temos 10 comissões internas. Eu faço parte de duas comissões: uma é a de Planejamento e Orçamento e Finanças, da qual eu sou Presidente; e a outra é a do Monitoramento e Cooperações Técnicas. Então, nesse Monitoramento e Cooperações Técnicas, nós temos um problema.

Nós estamos visitando os municípios, porque nós temos uma meta. No ano passado, visitamos 112 municípios e, este ano, já visitamos 116 municípios. O objetivo é acompanhar, fiscalizar, fazer o que é um conselho de fato.

O que eu tenho percebido na entrevista do Pagot... Eu pedi para a Comissão de Comunicações dar uma entrevista combatendo isso. Na verdade, o que está errado, eu acredito, em alguns conselhos é que confundiram e criaram uma superintendência nos conselhos, principalmente no Conselho do Negro, do qual eu fiz parte em 1988, quando foi criado, mas essa superintendência não pode existir nesses conselhos.

Os conselhos naturalmente são independentes. Eles têm as suas legislações próprias, têm que ter suas organizações próprias e têm que ter a vida própria. Eu acho que tem que rever essa legislação que subordinou esses conselhos, não só o do negro como também o das mulheres, a superintendências. Então eles entenderam, eles estão entendendo que isso é competência de gestão, mas não é. Eu acho que os conselhos têm vida própria e são de suma importância para o controle social.

Nós, lá no Conselho Estadual de Saúde, colocamos no governo duas resoluções de suma importância para o Conselho Estadual de Saúde.

Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Agradeço o Sr. Edivande Pinto de França.

Com a palavra, o Sr. Natalício Menezes, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cuiabá.

O SR. NATALÍCIO MENEZES - Boa tarde a todos!

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS CONSELHOS DE DIREITO NO
FORTALECIMENTO DA CIDADANIA, REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2005,
ÀS 14:00 HORAS.

Eu gostaria de cumprimentar a Mesa, em nome do Deputado Ságuas, que é o Presidente desta Sessão e o requerente desta audiência pública; e também o Vereador Mário Lúcio, Presidente da AMDE. Boa tarde e a todos e a todas aqui presentes.

Eu gostaria de dizer que essa idéia de acabar com o Conselho - eu li isso aí no jornal e depois eu assisti à chamada na televisão - é um absurdo! Porque num momento em que nós estamos vivendo, num momento novo, onde as coisas estão acontecendo muito rápido, a mudança, a evolução é muito rápida e a sociedade civil ainda não assimilou direito essa questão dos conselhos, que é muito nova. A Constituição de 1988 que nos deu esse direito. A primeira vez que iniciei no conselho, em 1999, a Dr^a Lilia - não está mais presente - indicou-me para representar a Pastoral do Menor no Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente. Eu não sabia nem o que era Conselho. De repente, eu vi que ali podíamos discutir e deliberar ações que poderiam mudar a vida das pessoas, das crianças, principalmente, e dos adolescentes nas comunidades.

Eu procurei estudar, pesquisar, ler, fiz uma pós-graduação na Universidade Federal de Mato Grosso em Política e Estratégia para o setor público, e só agora é que consigo entender um pouquinho disso, mas vem um louco, falando que quer acabar com isso aí. A sua palavra veio aqui tão de assalto a Mato Grosso... Há pessoas que chegam aqui e falam que são empresários, mas quando você vai olhar o currículo deles, a maioria já foi político no Paraná ou em outros Estados, porém aqui falam que são empresários. E agora chega aí com essas idéias absurdas!

Eu me admiro a Regina, nossa companheira, colega, e, hoje, Superintendente dos conselhos, aceitar esse tipo de situação! Eu escrevi um artigo, que está aqui nas nossas diretrizes do Município de Cuiabá, sobre a participação popular no poder. Então, nós vemos que realmente falta isso: a capacitação! Tanto da sociedade civil, principalmente dos gestores públicos que ainda não assimilaram direito essa participação, essa co-gestão, a fiscalização; como dos Conselhos; e como do Ministério Público.

A sociedade tem idéias boas. Não vai precisar ficar gastando muito dinheiro com consultoria, porque isso aí é uma consultoria grátis que nós estamos dando para os municípios e para o Estado. As pessoas sabem o que elas querem, e Regina sabe muito bem disso. O CONAN, este ano, baixou uma resolução, no Conselho Nacional da Criança e Adolescente, em que alguns municípios para captar recurso na área, principalmente de enfrentamento à violência, têm de ter suas diretrizes formuladas e estas têm de estar contempladas no Estado. Então, como é que vamos acabar com o Conselho? Não existe essa história de acabar o conselho. Eu fico admirado. É um absurdo isso aí! Eu fico triste. Chateado.

Inclusive, eu cheguei até atrasado, porque estava com o Prefeito de Cuiabá, Wilson Santos, visitando uma entidade lá no Tancredo Neves. Eu fiz questão de convidá-lo para ir lá, porque ele é conselheiro de direito... Eu fiz questão de convidá-lo: vamos lá porque vai ter uma fiscalização e eu quero que o senhor esteja presente. Ele estava lá, junto com o conselheiro tutelar, com sua equipe e pode ver o trabalho que é feito com pouco dinheiro e com pouco gasto. O Governo passado tinha um financiamento através dos Programas Irmão Sol, Irmã Lua e Xané, mas este Governo acabou com esses programas e vem acabando com tudo. Só sabe querer monitorar, fiscalizar, cobrar.

A Presidente da PROSOL só sabe fazer politicagem, hoje, aqui em Cuiabá, porque o Governo está investindo muito pouco no município, são cento e trinta mil, contra oito milhões que o Governo de Mato Grosso do Sul repassou para Campo Grande. Então, eu me admiro.

Peço ao senhor, Deputado, que nós precisamos mudar essa situação do nosso Estado, porque ele tem que monitorar, fiscalizar, mas ele também tem que fazer o co-financiamento dessas ações, porque os municípios sozinhos não vão agüentar isso aí.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS CONSELHOS DE DIREITO NO
FORTALECIMENTO DA CIDADANIA, REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2005,
ÀS 14:00 HORAS.

O Município de Cuiabá, só para encerrar, amanhã, estará dando posse ao Conselho Municipal das Pessoas Portadoras de Deficiência que estão ativando também o Conselho Municipal Antidrogas. Não é Dr. Euze? Também estamos, no município, criando o Conselho Municipal de Defesa e Cidadania. E o Estado fala em acabar com os conselhos! É porque essa gestão... Nós temos que ter uma gestão moderna. Eu acredito que, já que o Prefeito Wilson Santos fez um curso de gerente de cidade, o Sr. Pagot e demais assessores do Governo também deveriam fazer esse curso, para eles ficarem um pouco mais atualizados. Muito obrigado. Desculpem-me o desabafo (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Muito obrigado, Natalício.

Vamos passar a palavra, novamente, para a Mesa para fazer as considerações finais, responder os questionamentos. Os senhores dispõem de cinco minutos; se puderem fazê-lo em menos tempo, não tem problema. Vamos começar pela minha esquerda.

Com a palavra, o Dr. Edmilson, respondendo os questionamentos e fazendo suas considerações finais.

O SR. EDMILSON DA COSTA PEREIRA - Agradeço o convite para participar deste evento. Quero dizer que em todas as intervenções - vou parodiar aquilo que a Madalena já disse, já que a elite foi elencada do lado de cá e o povo efetivamente tem interesse comum, restou bem claro que essas situações pontuais que estão sendo levantadas decorrem, sobretudo, primeiro da falta de política pública para essas questões e uma profunda falta de conhecimento do que efetivamente é o controle social.

A ignorância é até admitida em determinado ponto. Eu sempre digo que quando alguém não sabe exatamente o seu papel, faltou a ele, trago a minha parcela de culpa por não ter informado a ele. Eu acho que existe aí uma carência de informações e os Conselhos também é importante que alertem para isso e cada vez mais têm que se especializar.

Há muito tempo eu defendo que os Conselhos são órgãos da sociedade. Acredito que essa divisão paritária, que a participação do Estado e da sociedade civil nos Conselhos é uma usurpação de função. A participação do Estado, perdão, junto dos Conselhos, é usurpação de função. Os Conselhos são eminentemente da sociedade civil e cada vez mais o Estado deve se retirar disso aí para ficar como cenário de discussão da política pública em geral e que a sociedade civil tenha esse efetivo controle de como está sendo conduzida. Logicamente que para isso também temos que estar alerta de que é preciso modificação da atual forma de entendimento de como conduzir essa fiscalização. Falou-se aqui em treinamento dos conselheiros, treinamento dos Conselhos. É importante que haja uma definição de como operacionalizar e cada vez mais. A especialização é fruto importante não apenas do conhecimento teórico, mas da definição dos rumos que o Conselho deve dar para esse enfrentamento. Volto a dizer que é um enfrentamento e colhidos os interesses sociais, via de regra, com os interesses políticos mediatos e para que isso tenha um fim, que seja mais próximo daquilo que a sociedade almeja. É importante que os atores desse cenário estejam cada vez mais preparados.

De sorte que eu vi, por exemplo, a história ainda da participação do representante do poder público, volto a dizer, por essência, eu acho que a participação da administração pública usurpa a função do Conselho, porém a definição legal que essa participação existe, tem que ser oportunizado, tem que ser dada a oportunidade porque ela acontece de fato.

Então, o Professor Márcio disse aqui bem sobre a dificuldade em atuar como conselheiro, por conta que tem outros compromissos na administração pública. Outra vez, falta de comprometimento, falta do real papel dos Conselhos e, sobretudo, falta de princípios em relação ao interesse social.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS CONSELHOS DE DIREITO NO
FORTALECIMENTO DA CIDADANIA, REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2005,
ÀS 14:00 HORAS.

Mas eu acho que em relação a isso também os Conselhos podem ser mais eficientes. Podem cobrar, podem notificar o gestor para que as pessoas que entendem de Conselhos na representatividade de um todo tenham oportunidade de trabalhar e se dedicar ao espaço que foi feito para ele. Eu acho que é possível juridicamente acontecer isso, administrativamente e politicamente também se amenizar isso.

O Ministério Público está sempre às ordens, é parceiro do Conselho. Nós temos atuado com as informações que esses Conselhos nos traz e achamos que é um caminho sem volta, não tem volta apesar dessas tentativas vãs que estão aí, que ocorrem aqui, acolá. Isso acho que só fortalece a questão como um todo. Muito obrigado, foi um prazer participar com vocês aqui nesta tarde (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Obrigado, Dr. Edmilson. Passo agora para Gleide, que teve um acesso de tose e teve que se retirar do Plenário, mas estava lá anotando os questionamentos. Ela tem cinco minutos para responder a perguntas e fazer as considerações finais.

A SR^a GLEIDE MARIA UBIRAJARA - Peço desculpas a todos por ter me ausentado da mesa.

Gostaria de colocar aqui, referendando todos os argumentos aqui feitos, exatamente a leitura que eu tenho da experiência no exercício de conselheira durante esse um ano. Qual que é a leitura que eu faço de tudo isso? É muito importante comunicação. Ela passa por todas as esferas. Será que os conselhos comunicam entre si para se balizarem? Será que nós não temos que definir esse modelo de comunicação entre, intra e interconselhos? Acho que o momento é oportuno para isso. Não é procurar o erro e o acerto porque eles existem. Agora, os acertos são melhores quando balizamos através dos erros. Acho extremamente fundamental tudo isso. Só não erra quem não faz. Quem se propõe a fazer alguma coisa, está propenso a cometer grandes erros, e muitos acertos também. Então, essa comunicação... Será que essa sociedade tem a cultura desse novo, apesar de ser antiga a discussão, mas é um processo novo. Eu vejo dessa forma.

Quando eu assumi o Conselho, que participava das reuniões, as pessoas estavam todas perdidas. Não sabiam o que faziam ali, porque estavam ali. Começamos a propor capacitações, melhorar o entendimento de. Será que todos nós temos esse consenso comum de participação da sociedade? Será que isso é claro para todos nós? Isso, todos têm que rever, tem que ser externalizado aos bairros, aos municípios. As pessoas, muitas vezes, vivem sem ter noção, nem dimensão da vida, de si mesmo. Então, nós temos que passar e rever tudo. Tudo precisa ser passado a limpo. A sociedade, de hoje para frente... Que seja este um marco referencial zero, que seja este o marco para se rever todas as consultas públicas de forma sistematizada, com interdependências de assuntos porque aí nós vamos ter, efetivamente, resultados efetivamente. O Legislativo e o Judiciário se revendo conjuntamente e se propondo a determinadas mudanças de interesses comuns a todos. Não é vir aqui e falar: está errado, está errado. Não. Eu tenho uma proposta de solução. Se nós tentarmos esse caminho, nós vamos obter qual resultado? Vamos trazer os Conselhos para apresentar os resultados efetivos existentes. Vamos trazer Conselho por Conselho. Vamos lá, Conselho.

O Conselho de Segurança Alimentar não vai fazer controle efetivo da fome se cada município não se apropriar das informações que o Estado dispõe. O que eu posso plantar, onde posso plantar, com que quantidade eu posso produzir, quem passa fome, onde está esse cidadão, onde ele reside. Ele passa fome por quê? Ele tem acesso ao trabalho? Ele tem acesso à renda? Que tipo de capacitação, que nível de capacitação é possível levar a ele para que se inclua socialmente?

Então, o Estado tem cento e quarenta filhos que precisam se auto-sustentar. Quando eu falo que o modelo de gestões públicas municipais precisa ser revisto e precisa passar

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS CONSELHOS DE DIREITO NO
FORTALECIMENTO DA CIDADANIA, REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2005,
ÀS 14:00 HORAS.

pelo processo de gerenciamento efetivo, aí nós vamos minimizar os problemas e vamos maximizar as ações. Então, passa por reflexão individual e coletiva. Passa por todas as esferas.

Era isso que eu tinha a dizer (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Obrigado, Sr^a Gleide.

Vamos passar a palavra, agora, ao Dr. Francisco Andrade Lima, para responder aos questionamentos e fazer suas considerações finais.

O SR. FRANCISCO ANDRADE LIMA - Eu não tenho poder, professora Vera, para encaminhar ao Governador Blairo Maggi o que eu disse aqui, mas está gravado e vai ficar registrado na Procuradoria-Geral do Estado.

Eu sempre me lembro, nos meus trinta anos de Procuradoria, que a Procuradoria-Geral do Estado, como às vezes se refere, que está na esteira do Governo e, às vezes, a pessoa de fora não consegue distinguir, mas eu sempre luto que a Procuradoria é do Estado e não do Governo.

Os atos do Governo, às vezes, por vezes, até que defendamos determinadas posições em um mandado de segurança, etc, que funciona com algumas entidades, mas é por decisões políticas de defesa da Constituição e defesa do Estado, por vezes, até, contrariando esses interesses.

Mas eu tenho visto coisas, barbaridades, nesses trinta anos de Procuradoria, e estava aqui comentando com o Dr. Edmilson. Mas, infelizmente, pessoas que vão ao Governo, que tomam de assalto o Governo, por vezes não têm essa visão ou tem aquela visão resquício do militar, que vem lá da 64. Eu digo isso porque parece que esse Secretário tem essa visão militar, e eu também, como fui uma pessoa perseguida no regime militar, respondi inquéritos militar, tive pai cassado pelo regime militar. Então, eu acho que essas pessoas, por vezes, se enganam dentro da concepção de cidadania e representatividade, o que está na Constituição e o que está no Estado, e, por vezes, até de permanência no poder ou trazendo como o “príncipe”, eles querem, realmente, permanecer ali e querem impor aquela política.

Mas eu acho que isso não vai vingar, mesmo porque existe mecanismo, hoje, existe o Ministério Público com força, hoje, de colocar o trem no seu trilho.

Quanto à questão da Sr^a Tânia com relação às diárias, membro de conselho, eu acredito que enquanto não sair da mão do Secretário de Governo esse mando nos conselhos, e não se criar na discussão, aqui nesta Casa, do orçamento do Estado ou a unidade orçamentária própria dos conselhos, nós vamos ter esses problemas. Porque o Estado, eu acho que, se há uma verba determinada para aquela unidade orçamentária para se gastar, não há porque não receber diária aquele participante membro do Conselho que se desloca a outros lugares.

Então, eu acho que a questão da posição orçamentária é muito importante para os conselhos e para essa mobilidade dos membros do conselho. A partir do momento que tenha essa unidade orçamentária, eu acho que aí, sim, vinga isso.

Mas eu faço mais uma vez essa reflexão para que entendam que a Procuradoria-Geral do Estado não é do Governo, é do Estado.

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Obrigado, Dr. Francisco

Antes de prosseguir, eu gostaria de agradecer a presença da Cleofa, Coordenadora do Talher Estadual do Fome Zero e Coordenadora da Escola de Formação para a Cidadania; da Dulce Maria Rezende, também da Escola de Formação para a Cidadania; da Sr^a Eliane, Coordenadora da Casa de Amparo de Cuiabá.

Com a palavra, para responder aos questionamentos e para suas considerações finais, a professora Liliane Capilé, por cinco minutos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS CONSELHOS DE DIREITO NO
FORTALECIMENTO DA CIDADANIA, REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2005,
ÀS 14:00 HORAS.

A SR^a LILIANE CAPILÉ - Eu acho que tivemos muitas afirmativas e questionamento, propriamente dito, não entendi nenhum.

Eu ouvi uma cobrança, Deputado, e pode ser só para o senhor ou para nós todos aqui da mesa, a cobrança da Madalena, de o que fazer quando chegamos à conclusão da importância dos conselhos.

Eu gostaria de pontuar algumas questões só para terminar essa nossa audiência, lamentando, que pena, tão pouca gente, tão poucos Deputados. Que pena para um momento tão rico deste.

Quero dizer que a situação dos conselhos...

Esse comentário do Secretário Pagot, eu nem vou fazer nenhum comentário sobre isso. Não existe. Isso é lei. Ele não pode fechar conselhos, principalmente os de direito deliberativo, enfim.

Nós só podemos lamentar a postura antidemocrática, a postura autoritária do Governo e a visão de que realmente as mesmas pessoas participam de todos os conselhos e o reforço dessa cultura de que participação política é ruim, é coisa de gente ruim, que não tem o que fazer.

Então, vocês imaginem uma participação política que é espontânea, que é gratuita - na maioria das vezes nós pagamos para ter participação política e não ganhamos. E aí nós representamos o quê? Negros, mulheres, deficientes, crianças e adolescentes, principalmente àqueles em conflito com a lei.

Então, são situações assim que uma participação política sempre colocada como menor, como não digna. Então, o que estamos lutando por esses conselhos? Não vou nem discutir essa questão pela extinção. Mas dá para percebermos, dá para vermos que o desrespeito ao papel desses conselhos e ao papel dessas ditas minorias, mas que na verdade são majorias. Ou a maioria é rica, loira, homem e mora em São Paulo? Não é. É pobre, é mulher, é negra; em Mato Grosso, criança com problema de conflito com a lei.

Então, é difícil entender a participação popular e a democracia em pequenas instâncias. Então, eu acho que aí vai também o desrespeito do Governo do Estado com toda essa população, com toda a luta desses setores da sociedade.

E os conselhos nós temos que reforçar, como alguém já disse aqui, a democracia não é estanque. Nós não conquistamos e, pronto, acabou. Só que isso estamos fazendo desde de antes de 1988. Portanto, ainda em processo. E, agora, infelizmente, num momento de retrocesso no âmbito do Governo Estadual.

Era isso. Muito obrigada a todos por esta experiência, por esta participação.

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Obrigado, Liliane.

Vamos passar para a Regina, mesmo não tendo sido palestrante, mas ela foi citada aí, que dispõe de cinco minutos.

A SR^a REGINA CÉLIA - Muito obrigada. Quero cumprimentar a todos da Mesa, agradecer a oportunidade de estar aqui.

E gostaria só de fazer umas colocações no sentido de esclarecimentos.

Por exemplo, em relação à Conselheira Tânia. Eu não me recusei a receber e também não foi pedida... Foi uma consulta, porque o documento estava num papel timbrado da Defensoria. Foi me perguntado se poderia ser protocolado daquela forma. Eu falei: Acredito ser melhor que seja colocado no papel do próprio conselho, porque senão fica caracterizado que é um documento do conselho. É só essa questão. E não depende de mim. Eu não tenho poder de decisão com essa questão.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS CONSELHOS DE DIREITO NO
FORTALECIMENTO DA CIDADANIA, REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2005,
ÀS 14:00 HORAS.

O Edivande e o Sr. Francisco não estão mais aqui. O Edivande usou da palavra e fez uma colocação de que os conselhos estão subordinados à Superintendência. Eu gostaria de esclarecer que ele está equivocado, que não há subordinação dos Conselhos nem com a Superintendência, nem com a Secretaria. Os Conselhos são vinculados à Secretaria de Trabalho, Emprego e Cidadania e a Superintendência dá o suporte para agilizar os trabalhos dos Conselhos, que tem muitos Conselhos, lá tem 08 Conselhos vinculados à Secretaria. Mas, a Superintendência não tem nenhuma ingerência, não tem nenhum poder... E isso cabe aos Conselheiros, cabe aos Conselhos e aos Conselheiros, de uma forma geral, nas decisões colegiadas.

Com relação à questão que o Natalício me questionou, eu quero dizer para ele que eu não sou do nível estratégico da Secretaria, nem do Governo. Então, não há possibilidade de manifestação. Era só isso.

Eu gostaria de agradecer e dizer que todos estão de parabéns pelas colocações aqui, a Mesa que fez bastantes colocações pertinentes.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Agradeço a Sr^a Regina Célia de Assis.

Com a palavra, a Sr^a Vera Lúcia Bertolini, para fazer as suas considerações finais e responder alguns questionamentos.

A SR^a VERA LÚCIA BERTOLINI - Eu acho que é um enorme avanço que nós obtivemos aqui nesta tarde, tanto das discussões que foram trazidas, as manifestações do público, os registros de indignação. E, eu queria tecer comentários a partir da indagação que a Presidente do Conselho Estadual do Direito da Mulher fez com relação à eleição dos Conselhos.

Quando nós recebemos o comunicado no NUEPOM, deparamos com o nível de exigência, nós ficamos extremamente infelizes, porque nós sabemos que o critério, Regina, é legal. Mas, o critério legal definido, ele é político. E foi um critério legal político perverso! Perverso, revelador, exatamente dessa negação de participação de alguns segmentos da sociedade, e esse Governo já fez a escolha, porque não são todos os integrantes da sociedade civil que não tem participação no Governo, não! São alguns segmentos da sociedade civil que não tem direito à participação. Outros que vocês sabem, eu não preciso falar, tem!

Então, Regina, o critério da natureza jurídica não pode ser peia legal, eu acho que o entendimento, usado o critério de entendimento legal é burrice! Então, eu acho que nós precisamos reverter isso. E nesse sentido eu tenho alguns encaminhamentos com relação ao que está rolando aqui hoje, que já é, Dr. Edmilson, o senhor me ajude se eu estiver exorbitando das minhas utopias. Mas desde 1996, quando tomei posse para representar o Conselho da Mulher, eu tinha vontade de entrar com uma ação pública contra o Governo Estadual pela falta de condição promovida para o funcionamento dos conselhos.

Aí eu fico pensando aqui, aliás, eu assisti ao Juiz Federal Julier falando que a sociedade brasileira utiliza muito desse recurso, que qualquer sujeito individualmente pode entrar com uma ação civil pública contra... É esse o nome, talvez eu esteja equivocada aqui. Uma ação popular contra o Governo.

Eu vejo, nós temos garantias na Constituição, foi falado aqui desse critério de controle social. Então, eu acho que está na hora da gente fazer valer. Nós temos de criação dos conselhos, que lá tem no art: "É competência do Governo suprir todas as necessidades administrativas de pessoal, etc." Eu sempre quis fazer isso e algumas pessoas me puxavam. Então, eu acho que a hora é agora.

Nós precisamos peitar, literalmente, esse governo que está mostrando a sua face mais perversa, autoritária, discriminatória e excludente. Muito obrigada (PALMAS).

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS CONSELHOS DE DIREITO NO
FORTALECIMENTO DA CIDADANIA, REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2005,
ÀS 14:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Agradeço à Professora Vera.

Quero dizer que não tem como a gente ter, não existe democracia sem controle social, democracia plena, porque tem democracias e democracias. Então, a gente tem democracia representativa, mas nós estamos numa fase de avançar mais, passar para democracia participativa até foi solicitada pela mesa e, sem controle social, não tem como a gente fazer essa democracia participativa.

Eu havia dito no início da minha fala, foi dito por outros membros da mesa, de que esses conselhos existem a partir das lutas populares, de muitos anos atrás, não é de 88 para cá, da Constituição que passou a existir. Só passaram a constar na Constituição, a partir do momento em que esses movimentos populares pressionaram, tencionaram e conseguiram com que esse direito fosse garantido de forma constitucional. Já respondendo a nossa querida Madalena aqui, que é até conterrânea minha, o seguinte: qual é o encaminhamento que nós vamos dar, já que há consenso da importância, já que há consenso da importância dos Conselhos. Então, eu acho que este aqui é o primeiro passo que nós estamos dando, eu acho que é o início da mobilização. E aí está claro mais do que nunca porque antes que esses conselhos fossem constitucionais, uma mobilização permanente para garantir a presença e a participação em vários momentos em que a democracia não era plena neste País, que não existia democracia neste País. A partir do momento em que nós conquistamos esse direito, parece que deu uma recuada.

Então, eu acho que nós temos que estar constantemente dentro do processo democrático, participar, mobilizar, discutir, garantir, trabalhar para que esse direito nosso possa ser garantido para alguém que por ventura tenha uma idéia como essa que foi dita pelo Pagot que foi citado na imprensa, da destituição dos Conselhos, não tem como fazer isso porque está garantido na Constituição, para que ninguém possa pensar dessa maneira. Nós temos que ter a clareza, e nós que estamos aqui temos a clareza, nós temos que passar isso para a sociedade, e já foi dito aqui na Mesa também pelas pessoas que participaram do debate, da importância desses Conselhos, como é importante esses Conselhos. Nós sabemos que ele não tem só o caráter fiscalizatório, mas tem o caráter propositivo também. Porque nós, enquanto gestor público, eu fui prefeito duas vezes, muitas vezes por mais que você debate, discute, você pode ir de forma meio equivocada para alguns investimentos, para algumas ações e aí os Conselhos chama atenção, chama para o chão para você pensar e rever algumas metas, alguns procedimentos que você pensava encaminhar junto ao poder público.

Hoje, foi reclamada aqui a presença dos Parlamentares, eu quero dizer o seguinte: eu não tenho dúvida nenhuma que se por ventura acontecesse algo como foi dito aqui, da possibilidade até da extinção dos Conselhos, com certeza a nossa mobilização seria maior e nós teríamos como mobilizar mais Parlamentares também no sentido de garantir uma discussão talvez não mais aprofundada, mas mais ampla para que a gente possa garantir, eu tenho certeza que os Parlamentares desta Casa serão solidários a essa causa, que é a garantia dos Conselhos, a continuidade dos Conselhos e fortalecimento dos Conselhos.

Dr. Francisco, o senhor falou da unidade orçamentária. Para nós aqui é complicado. Nós não podemos gerar despesa e nem criar. Mas fica aqui, é bom que o senhor coloque isso para nós começarmos a debater isso. O orçamento vai ser votado nos próximos dias. Nós temos um problema gravíssimo aqui, que é Defensoria. A Defensoria Pública está com um orçamento mínimo aqui, melhor que o do governo passado, mas muito insignificante, se comparado com o do Tribunal de Justiça, se comparado com o Ministério Público que também é pouco. Tribunal de Justiça teve um crescimento de quase cem por cento do seu orçamento nesses últimos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS CONSELHOS DE DIREITO NO
FORTALECIMENTO DA CIDADANIA, REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2005,
ÀS 14:00 HORAS.

dois anos. E haveria sim necessidade porque teve que ampliar, criar comarcas em vários municípios que não tinham.

Mas o Ministério Público não teve o mesmo crescimento e a Defensoria Pública essa aí então, está largada.

Então, nós vamos ter que trabalhar, nós estamos trabalhando aqui vamos fazer uma mobilização grande aqui, tem vários Parlamentares, além de mim tem outros Parlamentares na defesa da questão Defensoria Pública, Deputado Carlos Brito, Deputada Verinha e outros Deputados mais. E nós vamos travar essa luta aí, porque eu fui Prefeito, nós tínhamos um Defensor Público esse Defensor Público saiu do município num período de seis meses, eu sei o desastre que foi para o município ficar sem esse Defensor Público lá.

Numa cidade como Juína, que tem quarenta mil habitantes há necessidade de dois Defensores Públicos e nós temos a maioria das comarcas sem Defensor Público, nós temos muitas cidades que precisam ter quatro defensores, tem dois. Então, nós temos que ampliar a receita e Defensoria Pública. E aí nós temos que também de uma maneira ou de outra garantir que esses recursos que são mínimos que foi dito aqui, o Márcio colocou que o Conselho do Idoso não gastou nem mil reais esse ano, mas precisamos garantir as condições mínimas para o funcionamento desses Conselhos. É uma obrigação do Estado dar essas garantias para que de fato nós possamos fazer com a democracia de fato aqui no Estado de Mato Grosso e em nosso país.

A Rosa Maria não está mais presente aqui, mas ela perguntou: o Legislativo está a serviço de quem? Primeiro está a serviço do povo, da população, serviço da cidadania, da democracia. Acho que pela forma de representatividade, ou por região ou por segmentos sociais não existe local que você tem condições de debater mais as questões de forma democrática do que no Legislativo. Então, a Assembléia Legislativa se enquadra nessa situação, como um espaço democrático, debate e de garantir junto à população que seus direitos sejam de fato garantidos. E nós aqui obviamente temos conflitos de interesses aqui. Nós temos representantes de regiões diferentes do Estado, temos representantes de segmentos diversos e de interesses diversos. Mas, de qualquer maneira, tem que ser assim. Na democracia, aqui, na Casa Legislativa tem que ter representantes dos mais diversos segmentos e regiões para que nós possamos aqui discutir esses conflitos, debatê-los e buscar um melhor caminho para o Estado de Mato Grosso.

Então, nós estaremos sempre à disposição para debatermos e buscarmos um melhor caminho para Mato Grosso.

Eu quero dizer que esta Audiência Pública foi taquigrafada, está gravada, e nós vamos elaborar um relatório desta Audiência. Eu até gostaria da ajuda da Professora Madalena, da Vera e de outros que tiverem interesse de participar da elaboração desse documento. A nossa assessoria vai preparar esse documento para que possamos encaminhar ao Governo do Estado, encaminhar às Secretarias de Estado, mostrando que existe um segmento social importante de lideranças que estão à frente desses movimentos, que estão preocupados com a questão dos Conselhos e querem, mais do que não deixar acabar, garantir os direitos para que os conselheiros possam exercer suas funções de fato.

Neste momento, já encerrando esta Audiência Pública, a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso agradece a presença de todos e de todas.

Convido todos para em pé ouvirmos o Hino do Estado de Mato Grosso.
(NESTE MOMENTO, É EXECUTADO O HINO DE MATO GROSSO).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Está encerrada a presente Audiência Pública.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS CONSELHOS DE DIREITO NO
FORTALECIMENTO DA CIDADANIA, REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2005,
ÀS 14:00 HORAS.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Aedil Lima Gonçalves;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Isabel Luíza Lopes;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
 - Rosivânia Ribeiro de França;
 - Tânia Maria Pita Rocha;
- Revisão:
 - Nilzalina Couto Marques;
 - Ila de Castilho Varjão;
 - Laura Yumi Miyakawa.